



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6998/13 - PRIMEIRA INFÂNCIA			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1004/14	DATA: 28/04/2014	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	INÍCIO: 14h	TÉRMINO: 18h01min	PÁGINAS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA HELENA SARTORI - Deputada Estadual, representante do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Gilmar Sossella.
SANDRA MARIA SALES FAGUNDES - Secretária de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
MARIBEL GIL GUTERRES - Representante da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.
SYLVIA NABINGER - Consultora Internacional de Políticas Públicas para Infância, Doutora em Direito de Família e Presidente da OSCIP Acolher.
ROSANE DE OLIVEIRA - Jornalista da Rede Brasil Sul — RBS.
MARIA DA GRAÇA PAIVA - Coordenadora do programa Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre — PIM-PIA e Secretária Municipal Adjunta de Educação do Município de Porto Alegre.
CAROLINA DRÜGG - Representante do programa Primeira Infância Melhor — PIM.
MILENA DA ROSA SILVA - Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFGS e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da mesma Universidade e pesquisadora do Núcleo de Infância e Família, representando o Sr. Cesar Piccinini, Coordenador do Grupo de Trabalho de Psicologia do Desenvolvimento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia e Docente da UFRGS.
VALSERINA GASSEN - Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul.
RICARDO JONES - Médico obstetra da Rede Nacional pela Humanização do Parto e do Nascimento — REHUNA.
LEO ARNO RICHTER - Diretor de Controle e Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Seminário Regional *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância.*

OBSERVAÇÕES

A reunião não foi gravada na totalidade.
Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado.
Há falha na gravação.



O SR. APRESENTADOR - Boa tarde a todos e a todas. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para o Seminário Regional *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância*.

Neste início da nossa solenidade, eu peço a todos que fiquem de pé para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR - Este evento é uma promoção e realização da Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Primeira Infância, também da Câmara dos Deputados.

O Seminário Regional *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância* tem o apoio do Gabinete da Deputada Estadual Maria Helena Sartori e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A Comissão Especial da Primeira Infância, criada para proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 6.998, de 2013, que introduz dispositivos sobre a primeira infância no Estatuto da Criança e do Adolescente, tem a honra de recebê-los aqui esta tarde e de promover este Seminário junto à comunidade do Rio Grande do Sul.

O Seminário é destinado a debater políticas públicas sobre a primeira infância com especialistas, autoridades e comunidade local, para instruir o relatório do Projeto de Lei nº 6.998, de 2013, de autoria do Deputado Federal Osmar Terra, que será o coordenador deste evento.

Vamos convidar, para compor a Mesa dos trabalhos, as seguintes autoridades: o Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados (*palmas*); a Deputada Cida Borghetti, Presidente da Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados (*palmas*); a Deputada Estadual Maria Helena Sartori, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Gilmar Sossella (*palmas*); a Deputada Estadual Zilá Breitenbach (*palmas*); o Sr. Leo Arno Richter, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. César Miola (*palmas*); a Sra. Maribel Gutierrez, neste ato representando o Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, Sr. José Clovis de Azevedo (*palmas*); e, por fim, a Sra. Sandra Maria Sales Fagundes, Secretária da Saúde do Rio Grande do Sul.



Vamos iniciar o nosso ato ouvindo o autor do projeto que está em discussão hoje, objeto deste Seminário, e coordenador dos nossos trabalhos, o Deputado Federal Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Em primeiro lugar, eu queria agradecer muito a presença da Deputada Cida Borghetti, Presidente desta Comissão Especial, criada pelo Presidente Henrique Eduardo Alves para aprofundarmos o debate sobre a primeira infância e criarmos um novo marco de leis federais sobre o início da vida.

Nós da Frente Parlamentar entendemos — a Deputada Cida também participa da Frente — que há uma lacuna na legislação que trata da infância, uma necessidade de detalhamento maior de políticas públicas que incidam sobre os primeiros anos de vida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado há 20 e poucos anos, nem tanto tempo assim, mas um tempo durante o qual — eu queria agradecer à Deputada Maria Helena Sartori, que aqui representa a Assembleia Legislativa e ajudou a articular este nosso encontro — nós trabalhamos com esta visão de que falta alguma coisa na legislação sobre a infância, que é incorporar toda a pesquisa, todas as grandes descobertas feitas sobre o início da vida nos últimos 24 anos. A Deputada Maria Helena Sartori foi a articuladora da aprovação da lei estadual sobre a primeira infância aqui, em 2006, e muito nos honra sua presença e sua parceria nesta Mesa.

Então, foi criada esta Comissão Especial para dirigir os trabalhos, para focalizar numa legislação específica sobre início da vida. Este projeto de lei não é só meu, ele é dos Deputados da Frente Parlamentar da Primeira Infância, entre eles a Deputada Cida, e objetiva criar essa nova legislação ainda este ano. E nós temos uma missão árdua, porque este é um ano eleitoral, muito complicado, do ponto de vista político, para se fazer qualquer coisa que tenha impacto no Congresso Nacional. Mas, com o apoio do nosso Presidente Henrique Eduardo Alves, que está muito entusiasmado com a ideia, a Comissão pode, possivelmente no prazo de 90 dias, formular uma proposta. Ela se baseia numa lei, como toda Comissão Especial, e vai modificar essa lei, vai aperfeiçoá-la, com poder inclusive terminativo. A



Comissão tem poder terminativo. As Comissões Especiais têm essa característica. A matéria não precisa nem ir ao plenário, mas nós vamos fazer questão de que ela vá, para envolver todos os Deputados, torná-los corresponsáveis pela nova legislação.

Eu estou otimista, acredito que a aprovação da matéria se dará este ano, mas não sei se vamos conseguir isso exatamente em 90 dias. A Deputada Cida Borghetti pode nos contar depois se vai conseguir essa façanha.

De qualquer maneira, a ideia é ouvir, nas regiões do Brasil, quem trabalha na área. Na verdade, a gente tinha programado fazer este debate num ambiente mais restrito, mas não havia outro lugar, não é, Deputada Maria Helena? Então tivemos que vir para cá. O auditório é muito grande, afinal esta não é uma grande reunião, com participação popular. Na verdade, o que queremos é ouvir as entidades, as pessoas que lidam com o assunto, prefeitos, representantes do Governo Estadual.

Eu queria agradecer a presença da representante da Secretaria da Educação. A Secretária Sandra Fagundes me disse que viria. Ela deve chegar nos próximos minutos.

Agradeço também ao representante do Tribunal de Contas e à minha querida amiga Deputada Zilá Breitenbach, outra batalhadora na área da primeira infância.

Agradeço aos Vereadores. Recebi uma moção da Câmara de Caxias, do Presidente da Câmara de Caxias, com sugestões ao projeto.

Está presente também o pessoal que trabalha no Município de Porto Alegre.

Eu queria agradecer também à Rosane Oliveira, que mais uma vez nos dá a honra. A Rosane é das mais importantes analistas políticas do Estado e ela tem defendido na sua página do *Zero Hora* todas as iniciativas na área da primeira infância. Eu quero agradecer-lhe a presença. Ela também vai participar do debate.

Nossa expectativa é que este Seminário seja o mais produtivo possível, com debate de sugestões que nós possamos trabalhar para efetivamente transformar o projeto em lei. Nosso objetivo é que todas as crianças deste País nasçam sob a égide de uma legislação que as proteja e estimule seu desenvolvimento integral e pleno, para que se tornem adultos responsáveis, cidadãos responsáveis, para que diminua a violência e o comportamento agressivo e aumente a capacidade de aprender na escola — as crianças não começam a aprender na escola, elas já chegam sabendo aprender mais ou menos, conforme o estímulo que receberam nos



primeiros anos de vida. E queremos que esses cidadãos, as novas gerações, ajudem suas famílias a sair da condição de pobreza, de subdesenvolvimento, para terem uma vida plena, uma vida de alta qualidade. Nós já temos uma das legislações mais avançadas do mundo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que não queremos mudar. O que nós pretendemos é apenas detalhar algumas coisas do Estatuto, ou fazer uma lei separada — esta é outra discussão, e nós aceitamos sugestões —, para que a legislação sobre a primeira infância também seja a mais avançada do mundo.

Existe uma rede parlamentar da primeira infância na América Latina. Nós trabalhamos muito com todos os países da América Latina, que também estão interessados em criar em seus países uma nova legislação sobre a primeira infância. Eles estarão conosco em breve. Aproveito para convidar a todos para o seminário da Comissão Especial em Brasília, dia 7 de maio. Virá o pessoal da Universidade de Harvard e outros.

Para terminar, quero dizer que a Frente Parlamentar se preocupou muito em trabalhar junto, primeiro os Parlamentares, para formarmos um grupo coeso, que a Deputada Cida representa de alguma forma. Nós inclusive fizemos um curso na Universidade de Harvard, curso que terminou na USP, porque era uma parceria da PUC do Rio Grande do Sul, da USP e da Universidade de Harvard para formação de gestores e líderes na área do desenvolvimento infantil. Então, todos os Deputados que participam da Frente já tiveram alguma formação específica, coisa que é inédita na Câmara. Nós abrimos uma nova possibilidade de trabalho parlamentar, capacitando os Deputados num assunto específico. Foi a primeira vez que se fez isso na Câmara dos Deputados, e essa formação não foi custeada com dinheiro da Câmara, e sim com a verba que os Deputados têm. Enfim, foi a primeira vez que se teve uma iniciativa desse tipo.

Eu agradeço a presença de todos e passo a palavra, imediatamente, à Deputada Cida.

O SR. APRESENTADOR - Deputado, eu gostaria apenas de anunciar a chegada da Secretária da Saúde do Rio Grande do Sul, Sra. Sandra Fagundes, a quem convido a fazer parte da Mesa. (*Palmas.*)



Com a palavra, então, a Deputada Cida Borghetti, Presidente da Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI - Boa tarde a todos. Eu vou quebrar um pouco o protocolo e, antes de citar as autoridades, dizer que eu me sinto um pouco gaúcha. Sou filha de mãe nascida em Erechim e pai nascido em Garibaldi. Sou neta de italianos imigrantes que vieram para o Brasil há cerca de 100 anos, mãe Granzotto e pai Borghetti, uma união da italianada. Então a gente tem esse carinho especial pelo Estado do Rio Grande do Sul. Eu também me sinto uma filha daqui, com todos esses laços e raízes que nos envolvem. A nossa história começa por aqui.

Quero agradecer a oportunidade de fazer parte deste Seminário tão importante, que trata de um assunto que eu acho que vai mudar o Brasil, o marco legal da primeira infância. Cuidar das nossas crianças de zero a 6 anos é muito importante. Acho que os nossos brasileirinhos serão outros depois deste trabalho importante, que começou com meu querido colega Deputado Osmar Terra, médico, mas que eu chamo de “pai das crianças” lá na Câmara Federal. E tem nome mesmo, Osmar.

O Presidente Henrique Alves criou esta Comissão Especial, que não é permanente porque tem prazo para terminar, e, depois de termos o relatório pronto e aprovado, como bem disse o meu colega, eu acho importante levá-lo para o plenário, para que todos os Deputados e Deputadas da Câmara Federal possam, de uma maneira ou outra, ajudar pelo menos a aprovar esse marco legal que vai trazer resultados extraordinário para o futuro do nosso País.

Quero saudar as minhas colegas Deputada Maria Helena, que é de Caxias do Sul, onde também tem bastante Granzotto e Borghetti, e Deputada Zilá, que está aqui ao meu lado e já é minha colega de longa data, porque também fui, por 8 anos, Deputada Estadual no Paraná e naquele tempo passei algumas vezes aqui pela Assembleia do Rio Grande do Sul, onde sempre fui muito bem recebida por todos. Daqui pudemos levar o modelo da Escola do Legislativo para o Paraná. Visitamos a Escola aqui — não sei se ela ainda está em funcionamento. É muito importante essa Escola do Legislativo.

Vou falar um pouquinho, rapidamente, desta Comissão Especial.



Os seminários são de extrema importância para as nossas conclusões e para que possamos ouvir profissionais como os do Tribunal de Contas, que está aqui representado, e os da Secretaria da Educação, que também está aqui representada. Eu também penso, Osmar, que a Saúde é extremamente importante neste momento, porque saúde, educação, direitos humanos caminham juntos, e o marco legal passa por todas essas Pastas.

Mas por que a Comissão Especial entendeu que era necessário fazer esses seminários pelo Brasil? Primeiro, porque o nosso Brasil é muito grande. Segundo, porque as realidades são muito diferentes: a do Sul é diferente da do Centro-Oeste, que é diferente da do Nordeste e do Norte do Brasil. Então, Ivânia, nossa assessora na Comissão que tem trazido muitos relatos, de várias situações, nós precisamos sim ouvir e ver a realidade do Brasil. Vamos a Fortaleza, vamos a São Paulo, vamos a Teresina, vamos a Maceió — penso que vai dar certo, Osmar, porque lá o índice de mortalidade infantil é o pior de todo o Brasil.

Então, a Comissão precisa se fazer presente, precisa olhar e precisa ouvir, para poder instruir o nosso relatório final do PL 6.998, de 2013. É importante ouvir para podermos apresentar um relatório que seja aprovado por toda a Câmara Federal.

O Osmar disse que a pressa vai da Presidente, mas eu quero dizer que pressa é de todos nós do Brasil, passando pela assessoria da nossa Comissão. Desde o dia em que fui eleita para presidir a Comissão, marcamos reuniões semanais da Comissão, onde aprovamos requerimentos e aprovamos várias ações. A Comissão não para. Saio daqui hoje às 17 horas e vou direto a Brasília. Vamos correr, porque nós temos pressa. As nossas crianças não podem esperar mais.

Tivemos a oportunidade, junto com o Deputado Osmar, de participar de um curso na Universidade de Harvard sobre este tema específico. E agora, no segundo ano, Osmar, nós nos reunimos de novo, no dia 5 de maio, em São Paulo, para saber da evolução desse último ano aqui no Brasil. E nós evoluímos, porque, além da Frente Parlamentar, temos a Comissão, e agora o seminário internacional, que acontece dia 7 de maio, lá em Brasília. Eu até fiz aqui um modelinho, para que vocês todos conheçam o nosso trabalho, possam se inscrever no seminário e divulgá-lo. Lá nós vamos ouvir autoridades vindas dos Estados Unidos, da



Universidade de Harvard, vindas de São Paulo e de outros Estados, gente da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Sociedade Brasileira de Neurologia... Porque é neurociência pura! É preciso unir todas essas pessoas competentes, que podem trazer para nós subsídios.

Então, a Comissão, Osmar, tem pressa.

Quando eu fui convidada pelo Deputado Osmar — foi uma honra colocar o nosso nome, porque nós fomos votadas também, mas foi uma honra colocar o nosso nome —, ele me fez a seguinte pergunta: “*Você vai disputar a eleição este ano?*” Respondi: “*Vou*”. “*Vai disputar a majoritária?*” “*Não*”. “*Então você é a pessoa certa. Você topa tocar essa Comissão num ano eleitoral?*” Aliás, tocar e fazer funcionar, com o compromisso de aprovar este PL. Eu disse: “*Topo*”. Está aqui, Osmar. Nós temos pressa. O Brasil tem pressa. Nossas crianças também. Eu quero lhe agradecer mais uma vez a oportunidade.

Vocês estão aqui para ouvir as demais autoridades que vão tratar desse tema especificamente. O Deputado Osmar também vai falar. Mas nós estamos à disposição para receber toda e qualquer contribuição para que este PL seja realidade, saia do papel, vá para as ruas atender as nossas crianças na primeira infância.

Sucesso a todos!

Muito obrigada, Osmar, mais uma vez, pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR - Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Aldacir Oliboni, a quem convido para fazer parte da Mesa. Por gentileza, Deputado.

E saúdo a presença do Vereador Gustavo Toigo, Presidente da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, e do pessoal de Canela, entre tantas outras pessoas. Ao longo do Seminário vamos citar quem está presente. Por gentileza se identifiquem para os nossos companheiros.

Estão presentes a Cristiane... a Patrícia Valle, Secretária da Saúde de Canela; a Neusa Dossin, Secretária de Educação de Canela; a Solange Aguiar, da Secretaria de Assistência Social de Canela; e a Carmen Moraes, Vice-Prefeita de Canela.



Eu gostaria de passar a palavra agora para a Deputada Maria Helena Sartori, que representa neste ato o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Gilmar Sossella.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA SARTORI - Boa tarde a todas e a todos. Eu gostaria de saudar o Deputado Osmar Terra e agradecer-lhe por trazer este debate aqui para o Rio Grande do Sul. Nós reconhecemos a importância do PIM — Programa Primeira Infância e sabemos das realidades que foram mudadas em razão do PIM aqui no Estado.

Saúdo a Deputada Cida Borghetti. É uma honra tê-la aqui, quase gaúcha, coincidentemente da região de onde eu venho. Há muitos Granzottos e Borghettis ali na região.

Saúdo também a Deputada Zilá Breitenbach; a Secretária da Saúde do Estado, Sandra, aqui presente; os representantes do Tribunal de Contas e da Secretaria da Educação; o Presidente da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, Gustavo Toigo — é uma alegria tê-lo aqui conosco.

Acho que o Deputado Osmar Terra disse que eu tinha encaminhado aqui a lei do PIM. Quem conhece o PIM se apaixonou, esta é a grande verdade.

Antes de terminar o Governo Rigotto, houve a decisão de transformar em lei aquilo que era um programa, o programa Primeira Infância Melhor. Nós não queríamos que ficasse apenas um programa, porque um programa poderia não ter continuidade, e, transformado em lei, ele realmente teria a continuidade que nós desejávamos e que eu sei que está tendo, numa parceria com os Municípios.

Quando o Sartori assumiu a Prefeitura, no segundo ano dele — no primeiro ano a gente tem que organizar as questões —, nós já iniciamos o PIM em Caxias do Sul. Eu quero dizer para vocês que ele realmente faz diferença — fez e faz diferença. Por incrível que pareça, é preciso orientar os pais. E falo aqui como uma mãe. Quantas de nós, mães, não ficam um pouco perdidas quando temos o primeiro filho? A gente não sabe exatamente o que fazer, como cuidar, o que é certo, o que é errado. Se isso acontece conosco, pessoas com formação, vocês imaginem a situação na simplicidade, ou a situação daquela menina adolescente que se transforma em mãe. O que fazer? Como cuidar? Eu acho que este é o grande papel do PIM: orientar os pais, dar segurança para os pais, mas, fundamentalmente, como



eu aprendi ouvindo e acompanhando o PIM em Caxias, ensinar a amar. Eu acho que o PIM faz isto, ensina a amar os filhos, porque amar é ter cuidado.

Hoje, quando o Rio Grande do Sul vive uma situação tão trágica como a do menino Bernardo, a gente chega à conclusão de que o que faltou ali foi o amor, foi o cuidado, e de pessoas esclarecidas. Eu acho que posso apostar que um pai ou mãe que tenha recebido orientações do PIM jamais faria o que foi feito.

O primeiro ano do PIM foi uma festa em Caxias. Quando ele completou 1 ano, fez-se uma festa de aniversário. Eu estava lá junto, com a Secretária da Educação, a Mariza. Acompanhando a festa, ela me disse assim: *“Maria Helena, o PIM a gente começou nos bairros mais carentes, para atender as pessoas mais carentes, para orientar, mas, tu olhas ao redor, essas crianças não parecem crianças carentes”*. Aí começamos a observar, e eu disse: *“Mariza, elas estão cuidadas. Elas estão com a roupinha limpa, com o cabelo penteado...”* Essa é uma das diferenças de quando se tem o cuidado.

Nas nossas escolas, nos bairros aonde os alunos do PIM chegaram na idade escolar, as professoras testemunhavam a diferença de postura. E essa diferença de postura vinha também com os irmãozinhos das crianças que estavam sendo atendidas, porque o pai e a mãe estavam recebendo orientação não só para aquele bebê, ela servia para todos os outros filhos.

Então, eu acho que o PIM é uma experiência maravilhosa, uma experiência que dá esperança de futuro para os nossos jovens, para as nossas crianças. Eu acho que isso tem de continuar e se espalhar pelo Brasil todo, porque é a forma de a gente construir uma sociedade mais humana, uma sociedade mais justa, uma sociedade com mais amor.

Deputada Cida, a senhora tem a responsabilidade muito grande de fazer com que essa ideia avance no nosso País. É fundamental a parceria que se estabelece entre Secretarias de Educação, Secretarias de Saúde, de Assistência Social, o trabalho em conjunto, com uma meta comum, um objetivo comum, com acompanhamento dos resultados obtidos.

Caxias do Sul bateu seus próprios recordes de diminuição do índice de mortalidade infantil. Nós tínhamos uma faixa de 12 por 1.000, que fomos diminuindo.



Nosso grande objetivo era chegar a um dígito. Chegamos, e chegamos até a 8,9, que era nossa grande meta.

Mas temos outra grande preocupação — está aqui a Secretária da Saúde. Outro dia eu falava com prefeitos. Uma cidade grande como Caxias recebe para parto mães de diversas cidades. E se a criança vier a falecer? Ela é contada no âmbito da cidade, e isso está criando um problema diferente — eu acho que agora isso vai mudar, porque conta lá no Município, e o que não está contando no Município agora são os nascimentos, e nós temos Municípios que têm a responsabilidade de, depois de cuidar da criança, registrá-la — como nasceu em Caxias, é de Caxias, e a população dos Municípios vizinhos não cresce. Essa é uma questão que os prefeitos estão começando... Vejo uma prefeita aqui confirmando isso. E depois essa criança volta para a sua cidade, e é lá que ela vai ser atendida, mas a outra cidade fica contando um cidadão a mais.

Enfim, eu gostaria de saudar a todos e de desejar-lhes um grande trabalho. Acho que nós realmente precisamos avançar com o PIM, porque ele tem resultados significativos para a população. Eu acho que é isto o que nós queremos na política: transformar vidas. E isso o PIM consegue fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Queremos saudar também a presença de Cléo Teixeira, assessor da Deputada Federal Maria do Rosário.

Vamos chamar agora para a sua saudação inicial a Secretária da Saúde do Rio Grande do Sul, Sra. Sandra Fagundes. Ela fará parte da primeira Mesa de debates.

A SRA. SANDRA MARIA SALES FAGUNDES - Boa tarde a todos e a todas aqui presentes, ao Deputado Osmar Terra, autor do projeto de lei e promotor deste evento, com a coordenadora da Comissão; aos Deputados Estaduais e demais autoridades.

Esse tema vem com muita tranquilidade para cá. O nosso Governo, como já é de conhecimento de todos, o Governo Tarso Genro, teve uma atitude, como nós, reconhecidamente, agora, há 3, 4 anos, reafirmamos isso, republicana na direção de manter o Primeira Infância Melhor. Nós o articulamos com a Rede Cegonha e, em práticas, junto à atenção básica. A isso eu vou me deter mais na continuidade.



Como disse, assim, o próprio Deputado lá em Santa Rosa, esta semana: Nem o nome trocaram, porque, às vezes, quando se troca o Governo, se troca o nome. Mantém-se o programa e se troca o nome. Não. Nós não tivemos essa preocupação em relação a trocar o nome, porque é um nome feliz: Primeira Infância Melhor. Olha que, para achar outro nome, também não é fácil. Então, nós não vamos perder tempo com essa questão de trocar o nome, porque o importante é exatamente isto: o compromisso do Estado com uma política pública em relação à proteção e ao cuidado das crianças de zero a 6 anos, como é proposto no PIM. E, de modo articulado, com o Governo Federal e os Municípios, “lincamos”, então, o PIM à Rede Cegonha.

Esse é um projeto de Governo, um projeto estratégico de Governo, monitorado mensalmente pelo Governador em relação a metas e indicadores. O projeto conta com recursos próprios, ampliados, a partir do que já vinha sendo alocado pelo Governo anterior para o PIM, e agregado neste nosso Governo para ampliação do cuidado e proteção em relação às crianças.

O Secretário anterior fez parte do grupo de alunos desse curso oferecido em Harvard para as autoridades do Brasil inteiro. Este é um trabalho que é já legitimado por si, e assumido como uma política pública, a qual temos, todos, o empenho para que cada vez mais seja enraizado na nossa sociedade — e que ela brigue por uma política pública também na quantidade do cuidado das crianças até 6 anos.

Muito obrigada. E bom seminário. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR - Anunciamos também a presença do Deputado Frederico Antunes, que prestigia este evento, o *Seminário Regional Avanços do Marco Legal da Primeira Infância*.

Quero agradecer a todos a presença.

Vou solicitar que os nossos convidados, por gentileza, se retirem, por 1 minuto. Vamos formar a Mesa para o primeiro debate. Eu gostaria que permanecessem na Mesa, porque vão participar desse primeiro grupo de debates, o Deputado Osmar Terra, a Sra. Maribel Guterres, que representa o Secretário de Educação, e a Secretária da Saúde. Permaneçam, por gentileza, porque as senhoras e os senhores e o Deputado Osmar Terra farão parte do primeiro debate. Aos demais eu agradeço a presença, de todos.



Vamos, então, formar essa mesa de debates, que ficará sob a coordenação do Deputado Osmar Terra.

Eu chamo para fazer parte desta Mesa a Dr. Sylvia Nabinger, Consultora Internacional de Políticas Públicas para a Infância. Ela é doutora em Direito de Família e Presidente da OSCIP Acolher. *(Palmas.)*

Chamo também para fazer parte da Mesa a jornalista Rosane de Oliveira, da RBS *(palmas)*, e a Sr. Maria da Graça Paiva, Coordenadora do PIM em Porto Alegre e Secretária Adjunta Municipal de Educação. *(Palmas.)*

Informo que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição. Ao final dessa fala, nós podemos ter a participação também da assistência.

Passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Osmar Terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - De imediato, eu vou passar a palavra para a Secretária Sandra Fagundes, Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul, que é uma das entusiastas desse debate, das questões relativas à primeira infância, das políticas públicas. S.Sa. é, certamente, das pessoas que vêm do movimento de saúde, que resultou, desde 1986, na formação do Sistema Único de Saúde, das mais experientes, que mais conhecem política pública de saúde. Ela é defensora, também, então, de uma legislação específica para nós avançarmos na questão da primeira infância.

Como a Sandra disse, o Governo do Estado manteve o programa, não mudou nem o nome, uma atitude realmente republicana. Normalmente, o grande drama é esse. Não precisa nem mudar de partido; é só mudar o governo, pode ser até do mesmo partido, e já se troca o nome, para parecer que se está fazendo uma política nova. Nesse aspecto, não. Nesse aspecto, o Governo do Estado foi muito coerente, com um espírito republicano de continuar as coisas que estavam funcionando.

Então, eu queria cumprimentá-la e passar-lhe a palavra para que ela nos brinde com informações e contribuições ao projeto da primeira infância.

A SRA. SANDRA MARIA SALES FAGUNDES - Obrigado, Osmar Terra.

Nestes minutos, continuando, então, já desde a abertura, houve a priorização do programa vinculado à Rede Cegonha. Uma decisão imediata que nós tomamos foi articular... Aí sim, identificamos, ainda, uma distância ou um processo de trabalho não articulado entre as visitadoras do PIM, que vão ao território e visitam famílias,



uma tecnologia adequada, lúdica, pedagógica, psicossocial e que, portanto, precisava, desde o nosso ponto de vista, ser apropriada pelo pessoal da Atenção Básica de Saúde, da estratégia da Saúde da Família, particularmente pelos nossos agentes comunitários de saúde, que também são uma potência enorme de trabalho, que visitam as famílias.

Nessa direção de agregar, então, trabalhos e tecnologias direcionados para a criança, com a *expertise*, então, que as visitadoras têm, nós buscamos imediatamente articular o trabalho dos agentes comunitários com o dos visitantes. Então, foi todo um trabalho de acordo dentro da Secretaria e, gradativamente, nas Regionais e nos Municípios. Então, em alguns lugares, nós conseguimos ampliar e fazer essa articulação efetivamente e, em outros, isso está em curso.

Inicialmente, algumas questões que a gente escutava dos visitantes nos encontros: *“A gente não consegue.”* — eles lá na unidade — *“A gente não consegue acesso, lá nas unidades. O trabalho nas unidades...”*. Realmente havia um distanciamento entre o trabalho dos visitantes em relação ao das unidades. Do pessoal agente comunitário: *“Bom, mas também nós temos 280 famílias para trabalhar, vocês têm só 25; vocês têm um lugar privilegiado no sistema.”* E eles dizem assim: *“Não, como é que a gente faz?”* Mas as crianças necessitam, e essa é outra tecnologia, é vinculação, é desenvolvimento.

Os agentes comunitários têm um trabalho ampliado em relação à família. De novo: como essa *expertise* em relação a cuidado de criança, família e geração de vínculo pode ser apropriada pelos agentes? E, ainda, quando os agentes comunitários identificam crianças com alguma dificuldade, alguma vulnerabilidade maior, como lançar mão, acessar e buscar o cuidado e apoio do PIM? Então, todo esse trabalho foi sendo feito, ao longo desse período em relação à aproximação.

A terminologia *“ferramenta de gestão e de cuidado”* que a gente utiliza é de matriciamento. Então, que os visitantes, com a sua experiência, possam, junto com os agentes comunitários, fazer uma discussão de casos e ver o que cabe a um e a outro, ou mesmo a reciprocidade: ao visitar uma família, a quem os visitantes podem recorrer ao identificar determinado problema ou necessidade de atenção?

Com isso, também dando continuidade, já havia a Semana do Bebê, que foi mantida, e o Dia do Bebê também, e nós criamos uma premiação em homenagem



ao Salvador Célia, que foi um dos precursores em relação aos cuidados de bebês aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Nós já estamos na quarta edição do prêmio e, desde a primeira edição, há experiências nos territórios, tanto dos agentes comunitários quanto dos visitantes, e, dentro do possível, em relação à articulação. Ampliamos então a Semana do Bebê e os seminários do bebê anuais para agentes comunitários também e passamos a trabalhar com essa categoria de visitantes.

Como é que a gente faz para trabalhar em conjunto com todos aqueles profissionais da área de saúde ou intersetoriais que acessam e chegam às casas das pessoas, para que cada um não chegue com uma mensagem fragmentada, sem potencializar o trabalho? O que nós fizemos foi efetivamente nos dedicar a potencializar o trabalho que já vinha sendo realizado em relação ao PIM e o vincular mais ao Sistema Único de Saúde e às suas práticas cotidianas. Realmente, temos tido experiências bastante positivas para acessar uma maior variedade de recursos, de acordo com as necessidades das crianças e das famílias, em relação à metodologia e à organização de sistema. Em relação aos vínculos dos visitantes, as Prefeituras têm os mesmos apontamentos que tinham em relação aos agentes comunitários.

Então, nós fomos trabalhando onde possível, onde os Municípios não atingiram o percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal. Muitos já fizeram, por apontamento do Tribunal de Contas, concurso e incorporaram os visitantes ao seu quadro de pessoal; para outros, talvez por sua estrutura, ainda não foi possível; e ainda para outros, por concepção, não há perspectiva de incorporação desse profissional, no sistema de saúde ou educacional, a essas possibilidades de vínculo.

Nós trabalhamos com uma diferenciação, porque ampliamos a bolsa a cada Município. Então, nós ampliamos o valor da bolsa de acordo com o vínculo do visitante, porque o visitante que tem vínculo empregatício e estável custa mais para o Município do que aquele que tem bolsa. Então, nós fomos trabalhando nessa direção.

Ainda há alguns ajustes legais para fazer. O que nós conseguimos de fato implementar foi a carga horária, porque alguns visitantes têm 6 horas, têm meio turno, e outros têm o horário mais ampliado. Este, então, trabalha mais para o sistema. Em termos de vínculo, nós temos trabalhado junto à Prefeitura, mas, em relação à bolsa, adequamos de acordo com a carga horária e equiparamos todos em



mil reais. Então, a bolsa cheia é mil reais para os visitantes, o que é uma boa bolsa em relação ao trabalho.

A outra questão — muitos dos senhores já acompanharam isso, assim como os Deputados — é a avaliação do PIM. O que nos causou bastante alegria é que nós temos uma avaliação externa do PIM e já há resultados positivos que justificam plenamente o programa. São pesquisas com um grupo de corte, os que participaram e os que não participaram do PIM. Comprovadamente, há melhor escolaridade das crianças do PIM.

Algo que faz muita diferença em relação à vida social, à rede social, a políticas públicas — e na educação é um dos problemas — é a maior participação dos pais nas escolas. Os professores e os diretores, ao se referirem às crianças do PIM, dizem: *“A gente já sabe quando a criança é do PIM, porque os pais participam. Esses a gente não precisa chamar, eles já sabem que podem participar”*.

Então, já há diferenças comprovadas neste período. Tivemos o décimo ano do PIM nesse ano que passou, o que nos permite dizer da legitimidade e da necessidade da sustentabilidade de um projeto como esse, que nós saudamos muito que seja assumido nacionalmente, porque é uma iniciativa que vale a pena.

Na Mesa anterior, a Deputada Maria Helena se referiu à violência, e ela tem razão. Os relatos entre as experiências premiadas... São muitos relatos dos visitantes, tanto do PIM quanto dos agentes comunitários. Se vocês virem, a maior parte é mulher, naturalmente — parece, naturalmente, na nossa sociedade —, cuidadoras e muito jovens. Elas se deparam com situações muito complexas no território. Então, nós criamos apoio também aos visitantes. Nós temos ofertado quem cuide das visitantes nesse sentido. Mas elas contam experiências que, com o seu jeito, chegam... Experiências de menina que engravida e o menino, adolescente, o pai, não quer saber, inclusive com agressão, e elas vão fazer visita escondidas do pai da criança porque não ele quer que o visitante chegue a casa.

Então, são experiências desse grau, de violência, de dificuldade de assumir efetivamente o que significa pôr uma criança no mundo, do que é ser pai e ser mãe, e, pelo trabalho cotidiano, de paciência, de buscar estratégias de convencimento, conseguir reverter situações desse tipo. Depois, esse pai, que não queria saber do



filho, que não queria saber nem da visitadora dentro de casa, muito menos que a mulher fosse para um pré-natal, se modifica, por depoimento e por vivência.

Os visitantes fazem a diferença no cotidiano da vida dessas pessoas. Essas crianças não teriam essa atenção, com um cuidador atento e com outro olhar de desejo, se não fosse o trabalho dos visitantes. Isso faz diferença em relação às crianças.

Então, esses são já alguns depoimentos e algumas experiências, os quais nós estamos em fase de publicação e que estão disponíveis no *site* da Secretaria da Saúde e do PIM, que vocês podem acompanhar e que, volto a dizer, têm feito a diferença hoje para — o pessoal do PIM depois vai corrigir melhor esses dados — em torno de 65 mil crianças acompanhadas, 55 mil famílias que são acompanhadas, em 256 Municípios.

O nosso objetivo é ampliar o serviço e continuar trabalhando integrado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Secretária Sandra Fagundes.

De imediato, eu passo a palavra para a representante do Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Maribel Gil Guterres, para falar como a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul vê essa questão e nos ajudar com algumas contribuições.

A SRA. MARIBEL GIL GUTIERRES - Obrigada. Boa tarde.

A Secretaria Estadual de Educação, embora não tenha a primeira infância inserida dentro das suas ações, porque seria mais uma responsabilidade do Município a creche e a educação infantil, tem um segmento importantíssimo para essa questão, que é a formação no ensino médio.

Através da formação do ensino médio, a Secretaria de Educação tem apontado, já desde o início, e contrariando um movimento que no início de 2000 começou a tomar vulto, que seria distinguir a formação de ensino técnico do normal, do magistério, colocar só a Pedagogia como a possibilidade de trabalho com crianças. Ela vem apostando e reestruturou o ensino médio, para que, a partir de um curso de Pedagogia, a gente possa reforçar a formação de sujeitos para trabalhar com crianças.



Os teóricos que sustentam essa formação são Elvira Lima, que vem trazendo o quanto é importante o trabalho como nesse ciclo, nesse momento, nessa faixa da vida do sujeito, e Vygotsky. Em nenhum outro curso nós temos uma ênfase, um olhar diferenciado nessa faixa etária, e a gente, a Secretaria do Estado, vem apontando, reforçando e qualificando esse trabalho.

Outro movimento também que consideramos importante se dá dentro e a partir de dois programas: um é o Programa Primeira Infância Melhor — PIM, e o outro é o PSE, que é o Programa Saúde na Escola, um programa federal.

No PIM, nós temos... A Secretaria de Educação está dividida em 30 Coordenadorias Regionais de Educação. Em cada uma dessas Coordenadorias há uma representante do PIM. Nós temos as Coordenadorias, que têm um olhar sobre diferentes Municípios que compõem uma região, então elas podem estar acompanhando esses Municípios junto ao trabalho articulado e vinculado à Secretaria de Saúde, num trabalho mais efetivo de acompanhamento.

O outro é pelo Programa Saúde na Escola, um programa federal que, a partir do ano passado, insere a primeira infância dentro das suas ações. Então, nós temos ações dentro de creches, inclusive com a questão de multivitamínicos, reforçando a alimentação e cuidando de deficiências vitamínicas que algumas crianças trazem.

Nós temos também, a partir deste Programa, uma ação na saúde mental, um trabalho vinculado aos pais das crianças que trabalham em creche, em educação infantil. Então, ele propõe todo um comitê comunitário para que professores, pais e a comunidade local possam conversar, discutir, ver as questões como problemas de violência com criança, como trabalhar com essas crianças; pais envolvidos com questão de drogas, por exemplo, em que algumas mães não têm como trabalhar e como pensar sobre isso; a questão das DST e AIDS que, muitas vezes, são crianças que já estão inseridas no sistema educacional; são crianças portadoras de um vírus — já estamos na terceira geração da transmissão vertical — e ninguém quer saber; os educadores não querem saber, eles querem saber da criança, independente de qualquer coisa. Eles distanciam o corpo, o estado dessa criança, de uma possibilidade de ver esse sujeito na sua integralidade.

Então, nesses comitês, nós temos esses temas, discutimos esses temas: como lidar, como ver, quais são os mitos com relação a isso, como trabalhar isso em



creche e em escola — isso é importantíssimo; cada vez mais cedo as crianças entram na institucionalização da creche.

Nós precisamos formar esses professores, esses educadores; nós precisamos constituir um diálogo entre o sistema educacional e a comunidade para que ela possa abrir esses espaços, possa questionar, possa trazer as suas dúvidas, e esse é um meio de a gente conseguir ampliar isso.

Outro movimento que também julgamos importante é a participação juvenil: trabalhar com jovens, nos últimos anos do ensino fundamental e, principalmente, no ensino médio, para constituir ações junto a escolas infantis e creches, como, por exemplo, contadores de histórias. Então, há todo um movimento de formar contadores de história para que eles possam ir às creches, às escolas infantis, para que eles possam ter um olhar diferenciado. Esse jovem, que está tão voltado para ele mesmo, para o individualismo, para o computador, não consegue olhar para além. Então, há todo um movimento de trabalhar com ele sobre quem é esse outro; como é que eu posso estar olhando, além das minhas questões, para o outro.

Esses movimentos de participação juvenil junto às escolas infantis são alguma coisa que a gente tem apostado, tanto para o bem da criança quanto para o do jovem, que ele possa ir para além dessas coisas mais vinculadas ao seu próprio prazer, à sua própria vida.

Na formação dos educadores, nós temos que reforçar a questão dos direitos humanos e da sexualidade. Muitas vezes educadores não conseguem trabalhar com alguns elementos da sexualidade de crianças que estão em creches e educação infantil, porque eles têm um olhar a partir da sua sexualidade. Eles olham a sexualidade da criança a partir da sexualidade adulta, e não conseguem, muitas vezes, lidar com isso. Estamos fazendo toda uma formação dentro dessa ênfase e na questão da alteridade também, onde vamos trabalhar a questão da etnia. Temos visto e temos muitos relatos de como é difícil, principalmente no interior, com algumas culturas extremamente resistentes à questão das etnias, de como é complicado trabalhar com as crianças que vêm de uma população negra, de uma população mais pauperizada. Eles não conseguem lidar e trabalhar com isso.



Então, nós temos marcado muito, nessas formações, esses temas tabus que, em princípio, parecem que não estão dentro do universo educacional, mas estão e constituem esse olhar.

A partir daí, tem a questão das deficiências também, num processo de inclusão dessas crianças. Essa não é uma discussão fácil com educadores para que eles possam estar recebendo crianças com deficiência. Muitas vezes eles acham que elas deveriam estar restritas aos hospitais, às casas, e não dentro dos espaços coletivos.

São discussões de fundo, são questões culturais muitas vezes, e é importantíssimo que sejam discutidas com profissionais que atuam com essas crianças.

Deputado, a Secretaria de Educação atua numa parceria muito próxima também com a Secretaria de Saúde. Tanto o PIM como o PSE, são projetos feitos a partir principalmente dessas Secretarias. A Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, juntas, têm ido muito pelo interior, discutindo essas questões com profissionais tanto da saúde quanto da educação.

Acho que é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) – Muito obrigado, Profa. Maribel Guterres, representando a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Imediatamente nós passamos a palavra para a Dra. Sylvia Nabinger, Consultora Internacional de Políticas Públicas para a Infância, doutora em Direito de Família, psicanalista e Presidente da OSCIP Acolher.

Sylvia é uma das pioneiras. Como a Secretária Sandra falou, nós tivemos aqui o grande pioneiro, Salvador Célia, na questão das políticas de primeira infância no Rio Grande do Sul. Começou um trabalho lá em Canela, e nós nos inspiramos muito no Salvador para trabalhar a questão do PIM, no início. A Sylvia é uma pessoa que trabalha, que propõe, que debate políticas públicas para a primeira infância há muitos anos. Então, para nós é uma honra a sua presença aqui.

Ela é uma especialista em adoção. Sempre que tem uma zona de conflito no mundo, uma guerra, que tem muitos órfãos, nós encontramos a Sylvia sendo requisitada pela ONU para ir trabalhar lá. Enfim, Sylvia tem um trabalho muito importante.



Eu queria aproveitar e registrar a presença aqui do Deputado Darcísio Perondi, nosso grande parceiro nas políticas de saúde no Congresso Nacional. É o nosso líder na área de saúde, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, e, como bom pediatra, se interessou bastante pelo tema da primeira infância também e tem nos acompanhado em todas as caminhadas. Faz parte da Frente Parlamentar, da Comissão Especial; está acompanhado aqui pela nossa querida Regina Perondi, que é a nossa Presidente do PMDB Mulher no Estado. Muito obrigado pela presença, Perondi.

Então, de imediato, passo a palavra para Sylvia Nabinger.

A SRA. SYLVIA NABINGER - Boa tarde a todos. Muito obrigada pelo honroso convite. Uma saudação à Mesa.

Realmente, é uma longa caminhada e, quando eu comecei, eu pensei que era fácil resolver. Eu achava que o Juiz do Juizado da Infância era um homem muito velho quando eu entrei e que, certamente, em seguida, tudo poderia mudar. Hoje, 40 anos depois, eu acho que os juízes são muito moços e os problemas continuam iguais. Até os jogadores de futebol na época, para mim, eram velhos, e hoje acho que são uns guris.

Vão passando os anos, vão passando os governos, e a questão da infância vai ficando para trás. Às vezes nos desanimamos, outras vezes nos entusiasmamos novamente, mas, durante todos esses anos em que eu fiz consultoria internacional para países com guerra e fome, eu me dei conta de que nós tínhamos a nossa guerra particular e que eu não tinha que ir mais para lugar nenhum; eu tinha que ir para Vacaria, eu tinha que ir para Três Passos; eu tinha é que ficar aqui, e é aqui que eu estou.

Realmente, nós temos trabalhado muito. Sou assistente social de formação. Sou de chão de fábrica, de arregaçar as mangas, mas só a prática não adianta. A gente também precisa da teoria, precisa da rede — não só da nossa redinha, mas da rede grande dos contatos — para que alguma coisa realmente seja feita com eficácia e eficiência.

Eu tenho contribuído não só para o Estado e para o Município, mas também para o Governo Federal nas questões da primeira infância, junto com o Deputado Osmar, desde o início, do zero a três. A gente iniciou no início da década de 90 e



depois trouxe o PIM, hoje tentando ajudar a construir uma verdadeira política pública de prevenção precoce.

O Salvador Célia me ajudou na escolha no meu doutorado na época, na década de 80, quando ainda não se faziam doutorados. Eu fui para a França e realmente tive a sorte de começar a observar como as cidades tratavam os seus bebês e como organizavam essas atenções.

Com o PIM, agora escutando a Secretária, vejo que realmente é um trabalho devagar, de passo a passo, e por isso o símbolo do PIM são os pezinhos de uma criança.

Eu trouxe hoje aqui um Power Point. Não sei se tu me ajudas a passar, mas eu vou ter que ir para frente.

Os três primeiros anos de vida são primordiais para o fortalecimento do vínculo de confiança que será base dos sujeitos para estabelecimento das relações internas e externas, mas nós estamos focando as nossas falas nos cuidadores, ou seja, na formação de pessoas, mostrando que os cuidados institucionais são diferentes dos cuidados familiares; que a mãe cuida do seu filho porque o ama e que a cuidadora ama a criança porque cuida dela. Então, nessas diferenças delicadas nós temos que prestar atenção e ver o que se pode e se deve fazer para que uma criança desenvolva essas habilidades inatas.

A questão da autonomia nós consideramos dentro das nossas capacitações como um dos pontos principais. A atividade espontânea que ocorre por iniciativa própria da criança é essa autonomia, que vai impulsionar para a segurança afetiva. Então, permitir que o bebê participe das atividades que envolvem a sua rotina de acordo com a sua capacidade é fundamental. Isso é “fazer junto” e não “fazer por”.

O que está acontecendo? Atualmente, pela rapidez que os pais têm no cotidiano, assim como os próprios professores e os cuidadores, avançam todas as atividades que as crianças têm que ter, como a hora de trocar fraldas, a hora da comida, a hora de se vestir. Não é respeitado o tempo da criança. Tudo precisa ser feito com uma velocidade enorme.

Ainda por cima, a mãe vai estar respondendo a *e-mails* pelo seu computador ou pelo seu celular constantemente. Não existe ainda nenhum estudo sobre o impacto da mídia e da multimídia na vida fantasmática da mãe. A mãe hoje dá de



mamar com um celular na mão ou dá de mamar assistindo à televisão e não presta atenção exatamente ao que está fazendo. E a mesma coisa acontece com os cuidadores.

Então, permitir que esse bebê vá no seu tempo e faça no seu ritmo já é um enorme princípio. Se o bebê faz não só os seus movimentos posturais quando quer, mas também toma as suas próprias iniciativas, ele vai ter, na sua vida adulta, a sua iniciativa. E a mãe não vai ter que procurar emprego para ele ou tirando-o de um colégio e passando para outro pelo fato de que etapas foram queimadas e não foi respeitado esse tempo.

Na questão dos cuidados básicos, três elementos são fundamentais: esse olhar, o toque e a fala, tudo junto. Se nós observamos uma troca de fraldas, seja numa escola de educação infantil ou seja em casa, nós vamos perceber que a criança não é olhada, que não se fala com ela. Mesmo em hospitais muito renomados da nossa cidade aqui, podemos observar que tudo é feito como num lava a jato, que tudo é simplesmente passado adiante rapidamente. Ao mesmo tempo, o bebê é vestido com roupas às vezes incômodas, de adultos miniaturas. E vemos crianças e por vezes bebês recém-nascidos fantasiados, com fitas na cabeça e com *strass*, completamente desconectados da necessidade básica de uma criança. Eles se tornam um objeto e não um sujeito.

A mesma coisa acontece com o desenvolvimento postural autônomo. No início da vida da criança, devemos deixá-la deitada, com a coluna apoiada no solo, bem como a cabeça, que é o que mais pesa, mas no seu ritmo, brincando com objetos pequenos, leves e simples. Depois nós vamos ver que essas posturas vão mudando ao longo dos ciclos vitais. Então, a intervenção do adulto nas posturas de crianças interfere em toda a construção do desenvolvimento.

O bebê nunca deve ser colocado em uma posição que ainda não assuma por sua própria independência. A posição base então é a de barriga para cima. Quanto menos apoio no solo mais evoluída é a postura. Então, extremidades devem ser bem alongadas e a postura mais evoluída. Aqui nós temos uma sequência das diferentes posturas intermediárias que as crianças podem fazer desde que o adulto lhes dê condições de fazê-las. Mas o que acontece? O bebê passa muito tempo no colo, porque assim para de chorar ou para de chamar a atenção do cuidador. O



bebê é colocado muitas vezes em posições completamente inadequadas, sentado quando não pode, em andadores ou em macas que sobem e descem. Então, adiantar as posturas é adiantar os fracassos.

Hoje nós estamos cheios de sujeitos com problemas graves de coluna porque não se respeitou esse desenvolvimento postural. E o interessante — e essas são as grandes descobertas dos pesquisadores — é o que se vai da ação ao pensamento. A criança que se desenvolve por seu próprio estímulo, fazendo as suas posturas de acordo com o que é capaz de produzir, ela vai se tornar um sujeito mais confiante em si mesmo. Não há coisa pior do que fazer uma atividade se nós estamos numa postura de desequilíbrio. O equilíbrio é o centro dessa atividade.

Aqui nós vemos um abrigo nosso que mudou completamente depois da intervenção nos nossos ambientes. Os bebês-conforto foram todos retirados. E deixamos as crianças fazendo posturas que não fariam nunca se aquele abrigo não tivesse sido deixado em boas condições ambientais. Essa atividade espontânea é, mais adiante, o centro da criação, desde que o adulto saiba observar e propiciar adequadamente esse espaço. Então, essa tarefa do adulto é proporcionar um entorno onde o bebê possa desenvolver as habilidades. Esse espaço tem que ser suficientemente grande e protegido. O bebê deve estar com roupas confortáveis; com objetos que evoquem o seu interesse; estar suprido de necessidades básicas; e estar inserido em uma rotina previsível que garanta a estabilidade.

O que ocorre é que nunca é anunciado à criança o que se vai fazer com ela. Simplesmente pegam a criança, às vezes pelas costas, sem dizer: *"Olha, vamos trocar a fralda. Vou te dar mamadeira agora. Nós vamos brincar agora"*. Simplesmente a criança é pega nos braços e levada para algum lugar.

Vamos adiante. Para as escolas municipais de Porto Alegre, nós apresentamos um projeto ao nosso Prefeito e fomos então trabalhar tanto com as escolas de educação infantil conveniadas como também com as do Município. E foi extraordinário ver como mudaram algumas práticas, principalmente a da hora de troca de fraldas: há troca de olhares; e ela é feita no ritmo do bebê e não num ritmo rápido e acelerado. As cuidadoras, no início, nos diziam que não podiam fazer dessa forma porque não tinham tempo e porque havia falta de pessoal. Todo mundo cuidava de todo mundo. Era, por exemplo, um grupo de 15 ou 20 crianças e 2 ou 3



cuidadoras. Quando 2 cuidadoras cuidavam de 20 crianças, nós pedimos que o grupo fosse dividido: que uma cuidadora cuidasse de dez crianças e outra cuidasse das outras dez. Como elas estavam fazendo, a cada dia, por exemplo, uma era designada para trocar fraldas. Então, quando essa funcionária chegava ao final daquele dia, só trocando fraldas, ela nem sabia mais quem estava à frente dela. Então, como cuidar se a gente também não cuida desse cuidador?

Essas questões do detalhe é que entram nas capacitações com grandes resultados. Reparem no momento da alimentação, que está mostrado à esquerda: os cadeirões eram altos; o equipamento era inadequado; as crianças não podiam se mexer e simplesmente esperavam pela vez em que a colher passasse à frente delas. Nós mostramos que podia ser diferente. Então as cadeiras altas foram cortadas. Todo mundo baixou a altura da cadeira, até a professora. Ela então, assim como na troca de fraldas, dividiu o grupo: elas comem com cinco ou seis e vão conversando e interagindo, dando à criança a oportunidade de manusear os talheres. E, para surpresa dos pais, os bebês começaram a comer sozinhos. E os pais nem imaginavam que eles eram capazes de comer sozinhos. Então a questão da autonomia no vestir, no comer, no pedir as coisas e no ter iniciativa talvez vá mudar completamente a vida dessas crianças quando forem adultas.

Eu pessoalmente fico muito grata ao relatório do Tribunal de Contas, de 2007, sobre a educação infantil, porque, pela primeira vez, começaram a ter um outro olhar de outros profissionais. Isso mostra que tanto o Judiciário como também o Ministério Público precisam entender que não adianta só falarmos de presídio e de índices de violência se nós não tratarmos da trajetória dessa pessoa — que não nasce violenta, torna-se violenta. Então nós precisamos entender que isso começa na primeira infância, começa desde a gestação, quando a gestante está usando *crack*. Então, como é possível que alguém que não coma, alguém que use álcool, que use drogas, que tenha o estresse do cotidiano, que é maltratada e que é chutada possa ser igual a alguém que está esperando um filho de uma forma adequada e tranquila?

É essa a realidade que nós precisamos trocar. E é por isso que é casa por casa. E isso não é de hoje. Já o próprio João VI falava da municipalização. Já na Idade Média se falava da importância da visita domiciliar ao pobre. Já Rousseau,



nos seus estudos da pedagogia no *Emílio*, mostra a importância de as crianças serem trabalhadas livremente, de acordo com seu potencial.

E nós que estamos nos anos 2000 ainda estamos com pouca gente aqui. Eu sei que esta é uma audiência que tem especialistas. Mas a cidade ainda não acordou para isso, o Brasil não acordou para isso. Ainda somos muito ignorantes.

Então é importante que a gente apoie os Deputados e o poder público porque esse é um trabalho de todos. Isso não é só para um governo. Isso é uma política pública de que as ONGs, as escolas, as entidades religiosas, a universidade, a pessoa comum precisam participar.

Portanto, essa é uma experiência muito exitosa que nós estamos tendo. Também na Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, na Divisão de Vigilância nós estamos trabalhando o tema da notificação da prevenção da violência, Município por Município. É um trabalho de formiga, um trabalho excepcional que a Secretaria vem fazendo.

Também nos encomendaram um projeto de escola para pais, que já está pronto. Então é uma ferramenta maravilhosa para ser usada, para ser democratizada com todos os Municípios que tiverem vontade. E nós estamos disponíveis com essa tecnologia.

Eu quero dar parabéns a todos. Eu sei que nós somos poucos, mas precisamos fazer a diferença.

Muito obrigada pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Dra. Sylvia Nabinger A senhora, como sempre, foi bastante didática e esclarecedora. Sua contribuição é importante.

Eu queria de imediato passar a palavra para Rosane de Oliveira, nossa colunista e analista política do jornal *Zero Hora* que tem uma liderança importante nesse setor e é muito respeitada por todos. Ela também é uma grande defensora da questão da primeira infância desde o início. Desde quando que nós começamos a discutir essa questão no Rio Grande do Sul, a Rosane tem nos dado um grande apoio.

Eu queria fazer uma referência aqui rapidinho. O melhor programa, a maior política pública que certamente temos na América Latina e talvez no mundo é o



Chile Cresce Contigo, um programa da Presidente Bachelet. Ela fez um programa bem abrangente, trabalhando com crianças em todos os níveis. E onde ela não podia chegar, chegava a comunicação, chegava o rádio, chegava a imprensa, chegavam as pessoas. Pelo menos onde não havia possibilidade física, lá no sul do Chile, nos Andes, no inverno, havia sempre um setor da área de comunicação dando a sua contribuição.

Nós aqui no Estado, junto com a UNICEF, chegamos a capacitar comunicadores de rádios do interior para trabalhar informações sobre a primeira infância. Eu não sei se o programa continua — a Sandra pode até nos informar isso. Mas é um programa que foi feito inicialmente para valorizar isso. Quando a imprensa em todos os seus níveis — falada, escrita, televisada — entra e mostra a importância que tem a questão, mobilizando, é maior a rapidez com que as famílias passam a se preocupar e envolver com a questão da primeira infância.

Então, agradecendo tudo o que a Rosane tem feito pela primeira infância no Estado, passo-lhe a palavra.

A SRA. ROSANE DE OLIVEIRA - Obrigada, Deputado Osmar Terra. Boa tarde a todos!

Vocês devem estar mesmo se perguntado o que eu faço aqui. Eu sou uma leiga, não sou da área de saúde e não tenho conhecimento técnico nessa área. Mas sou uma apaixonada por essa causa. E saúdo o Deputado Osmar Terra, que sempre acreditou nisso e tem trabalhado para que a primeira infância receba a atenção que deve receber nessa área, receba o que é possível se fazer em matéria de políticas públicas.

Eu sou colunista de política e acredito na política, no melhor sentido da palavra "política". Eu sei que, neste momento em que há tanto descrédito no Brasil, as pessoas torcem o nariz para a política. Mas eu acho que a política pode e deve ser positiva. E é quando eu penso nessa política positiva que eu penso em políticas públicas e penso que cada um de nós pode fazer a sua parte para que se dê a devida atenção à criança.

Eu sou mãe de dois filhos que eu chamo de “meus bebês”. E cada vez que eu sou convidada para ir na Semana do Bebê, lá em Canela — agora, nos próximos dias 16 e 17, estarei lá outra vez —, eu sempre comento com as pessoas que os



meus bebês estão crescendo. Mas eu não perco o vínculo com esse encontro e não pretendo perder nunca. Pelo contrário, eu gostaria de dedicar mais tempo a ele. Por isso saúdo aqui a presença dos representantes de Canela, cidade que tem uma experiência que infelizmente poucas pessoas do Rio Grande do Sul conhecem e que poderia e deveria ser reproduzida em mais Municípios.

Quando ouço a Secretária Sandra falar que só temos 256 Municípios com o Primeira Infância Melhor, eu fico frustrada porque, depois de tanto tempo, era para ter mais Municípios. E acho, Deputado Osmar Terra, que vem em muito boa hora o Marco Legal da Primeira Infância, porque, de livre e espontânea vontade, as coisas não saem. Eu gostaria que todos os Prefeitos e todos os Vereadores se preocupassem com a Primeira Infância por convicção. Mas como não é assim, temos que ter a lei. E às vezes, mesmo tendo leis, as coisas também não acontecem, porque as leis são para inglês ver.

Hoje o Rio Grande do Sul ostenta um título que me envergonha muito. Está aqui o representante do Tribunal de Contas que certamente vai aprofundar isso depois. O nosso Presidente do Tribunal de Contas, Cesar Miola, é uma pessoa que se dedica muita a essa área da educação infantil. Os estudos que ele tem mostram que nós estamos lá na rabeira do *ranking* dos Estados em matéria de educação infantil.

Qual é o nosso problema? É isso que estamos todos tentando descobrir e corrigir? Em parte a questão é dinheiro, é investimento. Eu vejo muitos Prefeitos chorando as pitangas aqui porque não têm dinheiro. Então o que se deixa de fazer? Deixa-se de atender a escola infantil.

Há também uma questão cultural no Rio Grande do Sul. E quando eu ouço a Dra. Sylvia falar de questões culturais, isso me bate com muita força no cérebro, porque a questão cultural no Rio Grande do Sul tem que ser atacada talvez com a mesma força com que se tenta encontrar uma solução pelo lado legal, com que tenta a Secretaria de Saúde fazer a sua parte.

Por que eu digo isso? Porque muitas pessoas que eu conheço, pessoas muito bem-intencionadas até, não têm noção de que a sua criança precisa conviver com outras crianças, de que ela precisa de estímulos. Elas acham o seguinte: *"Ah, não. Para a segurança do meu filho, vou deixá-lo na redoma. Eu vou cuidar dele em*



casa. A vovozinha cuida dele. Eu prefiro ter uma babá". E provavelmente essa babá vai deixar essa criança lá no cantinho e vai ficar fazendo suas outras atividades ou vendo televisão.

Então, isso me parece uma coisa que precisa ser muito bem tratada para que as pessoas se convençam da importância de os pais entenderem que a sua criança pode estar melhor numa creche, que ela não precisa, que ela pode, aliás, que ela deve ir para a escola antes, e não quando chegar aos 6 anos de idade e que isso vai fazer toda a diferença.

Nós temos no Brasil, infelizmente, índices péssimos. Todas as vezes que saem esses *rankings* internacionais, nós nos envergonhamos deles. Mas por que será que nós temos esses índices tão ruins? Nós temos uma dezena de causas, mas eu não tenho dúvida. Certamente, o Secretário — eu chamo o senhor de Secretário porque foi Secretário por muito tempo —, o Deputado Osmar Terra, que estuda isso, já muitas vezes se debateu com essa pergunta e tem a resposta também: se a criança não é estimulada do 0 aos 3 anos, vai ficar mais difícil dali para a frente, e essas dificuldades de aprendizagem... E, na aprendizagem de matemática principalmente, em que nós estamos muito mal, lá adiante nós vamos ter problemas.

Eu fico, assim como a Dra. Sílvia, um pouco ressentida com a falta — e eu gostaria de ver este auditório cheio. Eu sei que é uma audiência que não tinha mesmo a pretensão de encher este auditório, mas se nós tivéssemos aqui mais Prefeitos, mais Vereadores, mais multiplicadores desta ideia da importância de tratar bem a primeira infância, certamente as coisas poderiam andar mais rápido.

Eu sei que Caxias tem um trabalho notável, e a gente precisa que esses exemplos se multipliquem, mas onde estão os outros? Onde estão os outros Prefeitos, os outros Vereadores?

Aqui na Assembleia mesmo — hoje é uma segunda-feira —, seria interessante se não estivéssemos aqui só com a Deputada Zilá, o Deputado Frederico Antunes, a Deputada Maria Helena, o Deputado Oliboni, que estava aqui no início, porque todos os Deputados certamente teriam muito a aprender e muito contribuiriam para o exercício da sua atividade se aqui estivessem discutindo este, que é um tema da maior relevância, mas ainda tratado não como uma questão



prioritária. Que bom que isso está mudando, que bom que nós temos este projeto, que eu acredito será aprovado.

Concordo em tese. Acho que é uma ideia generosa dos nossos Deputados a ideia de passar pelo plenário, Deputado Perondi, Deputado Osmar Terra, mas, neste ano de eleição, eu fico com tanto medo que eu quase sou tentada a pensar, já que a Comissão tem caráter terminativo, se não seria mais importante que, aprovada na Comissão, toque-se adiante? Eu temo que depois, vindo a Copa, São João, as eleições, a gente acabe não aprovando uma lei da importância desta. Depois, mudam-se os Deputados, mudam-se os Senadores, mudam-se os Governos, e talvez a gente corra o risco de ter que começar tudo de novo depois.

Eu me apaixonei por esta causa pelas mãos da pessoa que foi mais citada aqui entre todos, o Dr. Salvador Célia. Foi por ele que eu comecei a participar da Semana do Bebê; foi com ele que eu aprendi muitas coisas que eu sei; e foi com ele que eu aprendi a me rebelar também contra certas práticas de que a Dra. Sílvia falou tão bem aqui.

Não era minha intenção falar deste assunto, mas eu acho que a gente precisa tocar nisto, e as pessoas têm que se convencer — e voltamos às questões culturais — de que as crianças não são miniadultos. Eu também, Dra. Sílvia, fico tão chocada quando eu vejo as mães querendo transformar as suas crianças às vezes em uns palhacinhos até, para deixá-los bonitinhos, mas desconfortáveis.

Quando a minha filha era pequena, eu não furei as orelhas dela, porque eu achava uma violência furar as orelhas de um bebê. E as pessoas que a encontravam vestidinha com uma roupinha azul, diziam: *“É um gurizinho? Como é o nome do seu filhinho?”* *“Não! É Luísa; é uma menina.”* *“Ah! Ela não tem brinquinho?”* *“Não, ela não tem brinquinho, porque eu não furei a orelhinha dela, que eu não sei até se é ruim ou não”*. Os orientais dizem que não, que a gente pode furar no lugar errado.

Então, a minha filha furou as orelhas depois, quando pediu, porque todas as meninas da escola tinham brinco, e ela queria furar e foi lá. Um dia eu a levei, daí ela não quis; deixei. Mais tarde ela voltou, pediu de novo; aí furamos as orelhas. Agora ela até quis botar um alargador, que é um troço horroroso, mas, enfim, agora ela tem 18 anos.



Mas essas coisas parece que não... Eu estou derivando aqui para o acessório, mas eu acho que é do acessório mesmo; a gente tem que tratar dessas questões, porque virou uma moda transformar as crianças em pequenos adultos. É um objeto. A mãe quer às vezes se refletir naquilo, quer botar uma foto da sua criança produzidinha no Facebook, que é a novidade: os pais acham o máximo hoje! E, quando a Dra. Sílvia falou em queimar etapas, eu senti um calorão subindo aqui, porque os pais hoje acham todos maravilhoso contar: *“Ah, o meu filhinho chega à TV e passa o dedinho, porque ele está acostumado com o tablet”*. O *tablet* é um negócio maravilhoso, e as crianças não incomodam mais. Dê um *tablet* e um joguinho a elas que elas ficam jogando ali. Mas será que é isso?

Eu não sei que tipo de cuidados os cuidadores estão dando a essas crianças nas escolas. Essa história de *tablet* é uma conversa de classe média, classe média alta, mas, na verdade, também nas escolas nós temos que saber como estão os cuidadores cuidando das nossas crianças. Ou nós estamos simplesmente transferindo isso para as escolas? Não falo isso só das escolas públicas. Às vezes, nós, mães e pais, pagamos para colocar nossos filhos numa escola e também não sabemos como as nossas crianças estão sendo tratadas lá.

Eu nunca tinha parado para pensar se, na hora de trocar a fralda, alguém conversava com meus filhos, que são crianças que praticamente nasceram dentro da creche — creche paga; quero que fique claro —, porque eu voltei a trabalhar logo ao final da licença-maternidade. Nunca tinha pensado se alguém passava a colherinha. Senti pavor ao ouvir isso, mas deve ser muito mais comum do que a gente imagina. *“Passa a colherinha aqui; chegou a tua vez, chegou a tua vez”*. A criança fica que nem passarinho, de boquinha aberta.

Então, é tanta coisa em que não paramos para pensar, e acho que nós precisamos difundir mais isso. Eu não quero ficar aqui só falando da vida alheia, porque eu acho que isso é muito feio; eu quero falar também de uma omissão nossa, da imprensa.

Nós também tateamos neste assunto. Eu acho que podíamos fazer mais, sim. Faço aqui um *mea-culpa*. Estamos sempre tentando descobrir como é que podemos ajudar. O *Zero Hora* está passando por um processo grande de transformação; vocês todos serão apresentados a esse processo agora, na quinta-feira, o primeiro



dia do nosso novo jornal, mas uma das mudanças é que a forma de agrupar os assuntos vai se alterar.

Uma das nossas editorias novas, desses grandes grupos, agora vai se chamar *Sua Vida*, e uma de suas prioridades é justamente o atendimento a esta fase, atendimento ao bebê, atendimento à criança, como tratá-las. Nós sabemos que as pessoas precisam de orientação, e avaliamos que uma das formas de o jornal ajudar a sociedade é também usando a experiência e os conselhos dos especialistas.

Eu espero que a gente possa contar com pessoas como a senhora, Dra. Sílvia, com todo o mundo que tenha uma contribuição a dar sobre como fazer para melhorar a vida das pessoas com quem nos relacionamos na nossa comunidade. Eu acho que aqui nós temos um filão enorme aberto que precisa ser preenchido, para que a gente trate dessas questões, até daquilo que parece óbvio, porque às vezes parece óbvio, mas não é. Não o é para os pais da classe A nem da B nem da C nem da D. *“Cada um no seu quadrado”*, como se diz, temos obrigação de dar esse tipo de contribuição.

No caso específico desta nova legislação que está sendo discutida, também penso que nós estamos falhando. Nós temos a obrigação de promover a discussão, provocar mais a discussão. E lhe agradeço o convite, Deputado Osmar Terra, porque me proporciona o fazer esta reflexão e também fazer uma autocrítica em relação ao espaço que estamos dando a este debate.

Às vezes perdemos muito tempo na discussão da aliança de A com B, das coligações para a próxima eleição, do que vai ser, e ficamos devendo no que diz respeito às políticas públicas.

Eu não meço o trabalho de Deputado por quantidade de projeto, muito pelo contrário. Acho que não é por quantidade de projeto que se mede a qualidade do trabalho de um Parlamentar, seja Deputado, seja Senador, seja Vereador. Acho que é pela qualidade daquilo que ele faz, dos temas que ele levanta. E, se posso dizer alguma coisa de prático em relação a isso, é que eu acho muito melhor um Parlamentar que tenha um único projeto na vida, mas que sirva para mudar a vida da sociedade para melhor, do que um que seja o campeão de projetos de coisas



absolutamente irrelevantes — dia disto, dia daquilo —, que não servem para absolutamente nada, a não ser para fazer cortesia com seus eleitores lá na base.

Acho que precisamos de mais seriedade na hora de propor leis. Nós temos leis às pencas, mas tantas irrelevantes! Isso acaba desviando a atenção de um Parlamento como este, que nos acolhe hoje, neste momento, para debater um assunto tão importante, e deveria também dedicar mais tempo e mais espaço a este tipo de debate do que a questões que são secundárias e totalmente dispensáveis.

Eu sei que já extrapolei o meu tempo, Deputado, mas eu quero, para encerrar, dar os parabéns a todos os que estão participando deste encontro. Que sejam vocês multiplicadores dessa ideia e a gente assuma aqui o compromisso de trabalhar por essa questão que é relevante para melhorarmos a sociedade, para depois, lá adiante, não ficarmos reclamando de que a violência aumentou, de quanto a sociedade está se tornando violenta, como se não tivéssemos nada a ver com isso.

Secretária Sandra, fico contente de saber que a senhora tem essa preocupação. A senhora assumiu há pouco tempo, mas tem a preocupação de multiplicar o Programa Primeira Infância.

E vamos todos trabalhar para que, quem sabe daqui a 1 ou 2 anos, possamos nos sentar aqui de novo para discutir e dizer que todos os 497 Municípios do Rio Grande do Sul têm programas voltados para a primeira infância, se não o PIM, algum outro voltado para a primeira infância, de modo que na prática se dê atenção a essa faixa etária.

Muito obrigada e desculpem-me se sou muito prolixa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado. Foi muito boa a sua explanação. Ela nos dá ânimo para fazer as políticas públicas nessa área avançarem.

Eu quero dizer que, sendo aprovado o marco legal, ele se torna lei, e todos os níveis de gestão — Municípios, Estados e Governo Federal — vão ter a obrigação de executar políticas de apoio à primeira infância. Esse é o grande objetivo do marco legal.



Eu concordo com a Rosane. Nós não podemos ficar esperando cada um entender e aderir, porque essa não é uma questão que já está clara para a maioria das pessoas. Então, tenho certeza de que com a lei nós vamos avançar muito.

Eu queria citar um Deputado que é muito atuante nessa área da primeira infância, o Deputado Miki Breier. Ele não está aqui hoje, mas tem sido uma figura sempre presente em todos os debates, por isso faço a referência.

Passo a palavra agora à Maria da Graça Paiva, nossa Coordenadora do PIM-PIA, Secretária Municipal Adjunta de Educação do Município de Porto Alegre, a quem quero fazer uma referência pessoal. A Maria da Graça é uma pessoa que muito nos ajudou a pensar as políticas de primeira infância, ainda na década de 90. Ela é doutora em educação, tem formação acadêmica muito sólida, e nos ajudou a avançar. O primeiro livro que nós trouxemos para mostrar a importância da primeira infância foi traduzido por ela, divulgado na época pela Mercado Aberto. Enfim, ela é muito comprometida com a causa. No período em que eu estive na Secretaria, a Maria da Graça cuidou do PIM nas áreas dos quilombolas. Ela criou uma proposta para as áreas dos quilombolas e para as áreas indígenas. Era ela quem cuidava mais da parte da diversidade do Primeira Infância Melhor. Esses programas foram bem sucedidos e tiveram impacto até na redução da mortalidade infantil nas áreas indígenas, onde a mortalidade infantil é maior no Rio Grande do Sul. Naquela época, conseguimos reduzir a mortalidade com propostas, inclusive com visitantes do Primeira Infância indígenas ou descendentes de quilombolas.

Portanto, a Maria da Graça tem essa história bonita e é uma pessoa muito comprometida com a causa.

Com a palavra a Dra. Maria da Graça Paiva. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA DA GRAÇA PAIVA - Boa tarde. Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do grande mentor desse programa, o Deputado Osmar Terra. É uma honra estar aqui esta tarde. E na verdade estou aqui neste momento como Coordenadora do PIM-PIA.

Como a vida nos apronta grandes imprevisibilidades, eu participo do programa desde o seu início, em 2003. Naquela época, me dou conta de que no objetivo do programa constava *“orientar as famílias a partir de sua cultura e*



experiências". Mas eu não via no material a presença das minorias quilombolas e indígenas, então foi criado o grupo de estudos que gerou o PIM na Diversidade.

Assumo em janeiro de 2013 o cargo de Secretária Adjunta na Secretaria Municipal de Educação. Da metade do ano até o final, fico num nível da educação infantil. Reencontro Sylvia Nabinger no curso dos bebês, na parceria com o nível da educação infantil. E aí, em 16 de dezembro, reassumo o PIM-PIA como Coordenadora, no Município de Porto Alegre. Estou aqui hoje falando desse lugar, como Coordenadora do PIM-PIA.

Eu quero dizer à Deputada Federal que estava aqui conosco que não se trata de a criança não poder esperar. Na verdade, a localidade sobre a qual eu vou falar e o que os senhores vão ver agora nos mostram que é urgente, urgentíssimo que se faça esse pacto, que o marco legal da infância passe a integrar o ECA, porque, neste momento, em termos de gestão do Município de Porto Alegre, a educação está no eixo social de crianças e juventude protegidas, e, para o ano de 2014, o grande objetivo para crianças e juventude protegidas é a implementação na íntegra do ECA.

Todas as ações planejadas para este ano do PIM-PIA, que significa Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre, estão em consonância com o nível da educação infantil. Na política de educação da infância, na Secretaria Municipal de Educação, está o PIM-PIA, que é a política pública das infâncias. Então, o que une a política pública das infâncias com a política de educação da infância é a concepção de infância que nós estamos trilhando nesta nova gestão de governo.

Eu começo dizendo o que é o PIM-PIA hoje: uma política pública das infâncias. E o plural não é gratuito, porque nós temos que falar não de uma infância. É como nós falamos dos indígenas, por exemplo. Não podemos falar dos indígenas no singular, temos que falar sempre no plural, para respeitar a cultura. Enquanto no lado institucional eu olho pelo viés da escola como sendo cada instituição de educação infantil tendo o seu olhar e a sua cultura da infância, quando eu olho pelo PIM-PIA, que é outro olhar, lá na ponta, com as famílias em alta vulnerabilidade social, eu vou falar que cada casa — é o que eu digo aos nossos visitantes —, que cada família é uma infância. A ética, a postura dos visitantes dentro dessas casas



tem que preservar muito esse olhar. A meta para 2014 é a educação do olhar e da escuta dessas infâncias a partir desse lugar.

Eu convidaria cada um dos senhores políticos que estão aqui hoje e todas as entidades a fazer o que eu tenho feito nas últimas 2 semanas: colocar um tênis, um *jeans*, a camiseta do Primeira Infância e ir lá para a ponta conhecer os vieses da miséria que ainda temos e que é espantosa na nossa cidade de Porto Alegre. Porque uma coisa, Deputado, foi conhecer o PIM nos Municípios do interior do Estado, que com muita honra eu representei várias vezes — representei o Governador Rigotto, apresentei esse projeto no exterior, escrevemos aquele artigo para o jornal *CICE*, da Universidade de Columbia, em Washington. Esta é uma realidade; a outra realidade é o PIM urbano, é o PIM numa cidade com a complexidade social de Porto Alegre, com 84 bairros.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós, na verdade, estamos atuando em dez bairros. Nós estamos na Vila Cruzeiro, abrangendo as comunidades do Bairro Santa Teresa, como Vila Tronco I e II, Moab Caldas, Mariano de Matos, Vila Carlos Barbosa. Estamos também na Chácara da Fumaça, abrangendo comunidades do Bairro Mário Quintana, Rubem Berta, como a Vila Valneri Antunes, Chácara da Fumaça I, II e III, Vila Mimososa, Vila Manoel Marques, Parque das Orquídeas, loteamento Wenceslau Fontoura, loteamento Verdes Campos. Nós estamos atuando também no Bairro Restinga, abrangendo as comunidades de Restinga Nova, Vila Bitá, Vila Castelo, ocupação Mário Quintana — que é uma invasão, inclusive. Nós estamos atuando no Protásio Alves I e II, que abrange comunidades como o Bairro Mário Quintana, no Jardim Protásio Alves II, o Morro Santana, o Jardim Protásio Alves I, Cachoeira, a invasão do hospital — Jardim Protásio Alves I e II, que são áreas invadidas que também têm crianças, cidadãos com seu direito de ser atendidos. Nós também atuamos na Lomba, na Vila Mapa, pegando algumas comunidades do Bairro da Lomba do Pinheiro, especialmente a Vila Mapa, na Vila Safira, que abrange algumas comunidades do Bairro Mário Quintana, como Vila das Orquídeas, que é Vila Safira na sua essência. Atuamos na Safira Nova, que abrange comunidades como o Bairro Mário Quintana, Vila Safira Nova e Parque das Orquídeas. Estamos também na Vila Pinto, aqui no Bairro Bom Jesus, na região leste, com algumas comunidades do



Bom Jesus, tais como a Vila Pinto, a Vila Fátima e a Vila Divineia. E nós estamos nas ilhas. Neste momento, a *TVE* deve estar filmando modalidades de atendimento das nossas famílias lá nas ilhas, que abrangem Arquipélago, como a Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha da Pintada e Ilha das Flores. Portanto, estamos pisando exatamente naquelas realidades aonde muitas das políticas públicas só vão até a porta, não entram. Nós estamos entrando nessa realidade, nessas infâncias.

Vamos mostrar uma sequência de fotos, mas antes eu gostaria de ler o que é o nosso entendimento de PIM-PIA, de Porto Alegre, portanto. É uma política pública das infâncias socioeducativa e preventiva de educação continuada. Nós avançamos na definição da essência do PIM, Sra. Secretária do Estado, dadas as especificidades de Porto Alegre. O PIM é uma política pública socioeducativa e preventiva porque acreditamos que o PIM, desde a sua história e essência, muito bem colocada pela nossa Deputada Maria Helena Sartori — experiência do vínculo, do afeto e do amor —, ele é, sim, parte de outra concepção de Estado, da concepção de Estado preventivo, que atua antes da causa, porque nós continuamos teimando em atuar nas consequências, e aí investimos mal, gastamos mal. Há uma gestão financeira errada, local e nacional. Então, temos política pública preventiva de educação continuada domiciliar, que contribui para a redução das desigualdades sociais nas comunidades atendidas.

Eu gostaria que todos olhassem com muito cuidado e carinho os desafios dos nossos visitantes, alunos universitários de cinco áreas do conhecimento, alunos de Psicologia, alunos de Pedagogia, alunos de Enfermagem, alunos de Assistência Social e alunos da educação da Pedagogia. Selecionamos alunos dessas cinco áreas porque entendemos, pelo que a neurociência nos diz, Deputado, que o problema do mau aprendizado, ou do não atendimento, ou do formiguinha, não está na inteligência, e sim na qualidade do estímulo, na forma como nós levamos a informação.

Ilustro isso com a minha visita às ilhas. Na sexta-feira, quando eu estava de tênis percorrendo as ilhas, parei em frente de uma mãe de 22 anos, com um bebê deste lado. Ela estava completamente confusa, dizendo que tinha perdido a mãe. Olha para mim e diz assim: *“Eu coloquei ela na creche, viu, Secretária? Mas eu tirei, porque eu tinha medo. Ela tinha que ficar comigo.”* A questão objeto. *“Depois eu*



botei ela na creche de novo” — duas chances —, “mas eu tirei de novo, porque ela tem que ficar junto comigo. Eu comprei frutas para dar para ela, mas eu não dei, porque eu acho que ela não vai gostar. Só que a visitadora chegou comendo uma banana e resolveu oferecer para ela, e ela comeu e gostou!”

Eu tive um *insight* na hora. Olhei para ela e perguntei: “Qual é teu nome?” Não me lembro agora do nome dela. “Tu tens aqui, em algum mercadinho da volta, uma balança? Conhece balança?” “Conheço”. “Tu conhece balança daquela tradicional dos pesos?” “Conheço.” “Então, vamos pensar comigo agora. Se de um lado da balança eu boto um peso maior, o que acontece?” “Ela vai cair para esse lado”. Ótimo. “Se eu trocar o peso para o outro lado, o que temos?” “De novo vai cair para um lado, e o outro vai subir”. “Então, olha comigo e vamos pensar juntas, olhando esse bebê maravilhoso de 10 meses no teu colo. Um lado da balança se chama limite, o outro lado da balança se chama afeto. Se eu ponho um peso maior para ‘limite’, vai cair lá embaixo o ‘afeto’. Se eu ponho um peso maior para ‘afeto’, sem ‘limite’, eu inverte a balança. Qual é o ideal de uma balança quando a gente vai comprar meio quilo de arroz, 1 quilo de feijão?” “Ah, o equilíbrio”. “Lembre-se disso para esse bebê maravilhoso. Se a gente puder equilibrar afeto com limite, é tudo de que ela precisa. E tu não tens sonho?” “Tenho”. “Tu não queres trabalhar para ter mais dinheiro?” “Quero”. “Então, se ela puder ir para a creche para conviver com outras crianças, vai sobrar mais tempo para tu fazeres teu sonho acontecer, e ela vai poder, junto contigo, trabalhar melhor essa balança.”

Faltando 10 minutos para eu ir embora, eu olho para ela e pergunto: “O que que tu aprendeste comigo hoje? Ficou alguma coisa?” Ela olha para mim e diz: “Ficou”. “O que que ficou?” “A balança”. “Mas o que que quer dizer essa balança?” “Que eu tenho que equilibrar limite com afeto”.

Em outras palavras, nós trabalhamos a concepção de Freud de construção de personalidade do eu resumida numa linguagem a mais concreta possível, que é a que eu tenho que usar com essa população. Traduzimos toda essa concepção teórica para o mais concreto possível, para o nível da sobrevivência em que ela está, porque assim ela entende. Ela me olhou e disse: “Agora eu sei que eu tenho que equilibrar limite e afeto”.



Esse é um exemplo que eu trouxe de quem pisou lá. Eu quis mostrar para os senhores a realidade com que o PIM de Porto Alegre, o PIM-PIA, trabalha.

Não sei se todos conseguem ver. O nosso pátio às vezes não está dentro da casa, ele às vezes é a própria ruela, onde desenvolvemos as atividades com as nossas crianças.

Aqui está a foto das nossas visitadoras trabalhando com as nossas crianças. Podem nos questionar, achar pedagogizante o fato de trabalharmos as datas comemorativas, mas nós temos que entender que, nessa cultura — eu gostei, Rosane, de a senhora ter trazido a questão cultural, que é a marca do PIM, a cultura como direito humano —, a maioria dos pais não vivenciou a Páscoa, mas é escrava do mesmo consumismo das classes A e B, que têm acesso a isso. Então, data comemorativa para essas famílias é a hora do pertencimento a uma cultura que não a vê. Eu tenho que dar visibilidade a alguém que não é visto por esta sociedade, mas que tem a recência, que é a nova geração, nas mãos. Então, trabalhar isso, pintar os bebês, vivenciar a mesma experiência que as outras classes vivenciam é muito importante para quem não teve esse momento.

Vocês estão vendo nessas fotos as nossas crianças felizes, brincando, porque o que nos trabalhamos é a família. A família é, como a neurociência nos mostra, o “banco de dados”, na linguagem da tecnologia. Eu recomendo aos senhores um material que estou lendo com a minha equipe no momento, os dois últimos livros do Augusto Cury. O primeiro, *Ansiedade - Como Enfrentar o Mal do Século*, que é a Síndrome do Pensamento Acelerado, SAP. Um dos capítulos desse livro diz que assassinaram a infância. Ler esse capítulo é fundamental para entender o quanto nós estamos invadindo, com esse excesso de estimulação — “meu bebê herói”, “meu bebê objeto” — um território sagrado, que é o território das emoções, com isso gerando insegurança em outra etapa da vida dessas crianças. O segundo livro deste ano do Augusto Cury se chama *Pais Inteligentes Formam Sucessores, Não Herdeiros*. Porque o que nós temos com esse excesso de presentes, de “meu fofucho”, de infantilização do adulto, até os 27 anos... Tudo que eu digo se baseia no que eu aprendo, e estou me revendo como mãe de um filho de 27 anos e de uma filha de 30. Muitas vezes, essa imaturidade, esse despreparo, essa insegurança, que são o que Cury chama de janelas *killers* e que começam com a preocupação,



eles geram ansiedade, que geram frustração, que vão gerar a depressão que leva para o psiquiatra e para os psicólogos os nossos jovens, saciados do ter, mas deprimidos por não ter garantida a essência do eu livre e criativo.

Então, temos que fazer uma autoavaliação ao pisar nessas realidades.

Eu queria mostrar rapidamente mais fotos das nossas crianças PIM-PIA, felizes. Vejam bem as ruelas que as nossas assessoras e visitadoras cruzam.

Eu chamei o Comando de Policiamento da Capital — CPC, o policiamento central da brigada, para um café. E chamei a Guarda Municipal, porque não estávamos podendo atender algumas famílias do PIM em espaços da Vila Cruzeiro, onde até houve um tiroteio recentemente. Eu ouvi do Comandante do CPC, o Coronel Godoy, que foi Medalha Porto Alegre: *“Mas que política fantástica, Secretária! Isso vai reduzir a minha clientela no futuro?”* Eu respondi: *“Sim. Vai reduzir a sua clientela, menos presídios, menos marginais.”* E eu tive a honra de ser convidada por ele para uma premiação, por estar parceira da segurança.

Esta é a nossa realidade. Aqui está um visitador nosso.

Estas são as nossas crianças. Trabalhamos com elas dentro do espaço possível. Eu cantei cantiga de roda num espaço que, circularmente, não tinha mais do que 90 centímetros, ou 80 centímetros, dentro de uma casa em que havia todas as faixas etárias. E aí, como é que eu trabalho a individualidade junto com a multiplicidade? A gente cantou cantiga de roda, sim, e brincou nesse espaço minúsculo, porque não havia pátio.

A estimulação das nossas crianças, quando não se tem pátio, é feita nas janelas das casas.

Aqui, um avô que aprendeu o que é afeto, embora ele não tenha recebido afeto na vida.

Aqui, esta interação do visitador estimulando a mãe a participar.

É neste contexto, nessa dita “precariedade”, que nós fazemos esse trabalho bellissimo, salvando as nossas crianças.

Eu quero chegar a uma foto que eu acho importante, do dia 22 de abril.

Vocês podem ver a precariedade dos espaços e como a gente vem trabalhando. E continuamos investindo em qualificar esses espaços, porque a organização é importante para essas crianças. Nós chegamos a conhecer uma



criança que tem cinco apelidos. “*Afinal de contas, qual é o meu nome? Qual é a minha identidade?*”

Nós temos que trabalhar até isso. Nós temos uma visitadora-psicóloga que levou 1 mês conversando com o pai de 78 anos de uma criança de 9 meses. Por quê? Porque a mãe tem 24 anos e é retardada. É comum os senhores de idade avançada, pela sua virilidade, fazerem filhos. Era preciso convencê-lo, com respeito, de que a criança não podia usar o andador que ela tinha. Levou-se 1 mês e pouco de conversa.

Eu queria fechar dizendo para os senhores que, como nós estamos respeitando o ECA durante todo este ano, cidadania não tem primeira, nem segunda, nem terceira classe. Nós estamos levando as nossas crianças, de acordo com os artigos do ECA, para outros espaços, para qualificar o olhar e a escuta.

Terça-feira passada, graças ao Jair Kobe, nós trouxemos dois ônibus de famílias PIM-PIA para dentro do Teatro São Pedro, para assistir ao *Guri de Uruguaiana*. O impacto emocional nessas famílias não tenho como medir. Vamos levá-los novamente à Feira do Livro, como no ano passado, e vamos levá-los a outros espaços da cidade, porque o *slogan* da Prefeitura é *Somos Todos Porto Alegre*. Temos um Prefeito amigo da criança, portanto, esta política, como contribuição para o marco legal, além da saúde, da educação e da cultura, que nós recuperamos, Deputado — vai sair agora, por ato político do Prefeito, o Grupo Técnico Municipal (GTM) de Porto Alegre, que até então existia graças a um acordo de cavalheiros, e agora vai ficar estabelecido em decreto —, vai contemplar também habitação, porque não há como trabalhar uma criança saudável se está passando por baixo um esgoto fétido, com frestas enormes. Nós temos que trabalhar muito a questão ambiental e a segurança. A intersectorialidade tem, sim, que ser a marca desse marco legal em âmbito nacional, com verba direcionada e um visitador, um profissional mais bem valorizado, porque a responsabilidade ética é muito grande e muito séria para esses jovens.

Então, vamos continuar nos dando as mãos. Que esse marco legal seja realmente a grande diferença da política do PIM-PIA para todo o Brasil!

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Dra. Maria da Graça Paiva, nossa grande parceira de caminhada.

Estava previsto um intervalo de 15 minutos, mas eu acho que se fizermos um intervalo vai ficar prejudicada a continuidade do trabalho. E também queremos abrir espaço para perguntas, para o debate. Eu acho que ideal seria a gente ouvir todos os palestrantes e depois abrir um debate, no final. Se o pessoal quiser perguntar... Vamos fornecer também um *e-mail*, para que todo mundo possa encaminhar questionamentos e sugestões para o projeto de lei. Nós viemos aqui mais para ouvir do que para falar, é claro.

O SR. APRESENTADOR - Queremos agradecer às nossas participantes desta Mesa de debates, a Sra. Sandra Fagundes, Secretária da Saúde do Rio Grande do Sul; a Sra. Maribel Gutierrez, representante da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul; a Dra. Sylvia Nabinger, consultora internacional de Políticas Públicas para a Infância; a Sra. Rosane de Oliveira, jornalista da RBS; e a Sra. Maria da Graça Paiva, Coordenadora do PIM-PIA e Secretária Municipal Adjunta de Educação de Porto Alegre. Muito obrigado a todas!

Vamos agora formar a segunda Mesa do nosso Seminário.

A SRA. ROSANE DE OLIVEIRA - Eu vou pedir licença para me retirar, porque tenho que fazer a coluna de amanhã. Se alguém quiser enviar sugestão de pauta, algum trabalho que mereça virar notícia, o meu *e-mail* é rosane.oliveira@zerohora.com.br. Para qualquer pergunta, eu estou à disposição. Obrigada.

O SR. APRESENTADOR - Convido todas as nossas expositoras a acompanhar as exposições da segunda Mesa.

Lembro que este é o Seminário Regional *Avanços do Marco Legal da Primeira Infância*, uma promoção e realização da Comissão Especial da Primeira Infância da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados. O Seminário tem o apoio do gabinete da Deputada Estadual Maria Helena Sartori e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Vamos convidar para formar a nossa segunda Mesa de debates, que terá novamente a coordenação do Deputado Osmar Terra, a Sra. Carolina Drügg, representante do programa Primeira Infância Melhor; a Sra. Valserina Gassen,



Prefeita de São João do Polêsine; a Dra. Milena da Rosa e Silva, professora e pesquisadora do Núcleo de Infância e Família da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Dr. Ricardo Jones, médico obstetra da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento — REHUNA; e o Sr. Leo Arno Richter, Diretor de Controle e Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Lembramos que todos receberam uma folha para fazer as perguntas que tiverem interesse em fazer e que devem ser destinadas a um dos expositores. Essas perguntas poderão ser feitas ao final desta segunda Mesa de debates ou ser encaminhadas ao e-mail *seminario.primeirainfancia@gmail.com*.

Passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Osmar Terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - De imediato, vamos passar a palavra à Carolina Drügg, representante do programa Primeira Infância Melhor, uma parceira nossa na formação dos cursos por que o próprio Parlamento e os gestores passaram nos últimos anos.

Enquanto a Carolina se prepara, quero informar que nós tínhamos programado que outros Deputados também coordenassem o Seminário, mas, por problemas com voos — esta vai ser uma semana mais complicada, por causa do feriado —, o Deputado Darcísio Perondi e a Deputada Cida Borghetti já tiveram que ir para o aeroporto, então vocês vão ter que me aguentar coordenando mais um pouquinho.

Nós vamos enviar correspondência para todos os Municípios, pedindo sugestões, e também vamos mandar correspondência para todas as instituições — a gente tem um cadastro — da Rede Nacional Primeira Infância, que já estão contribuindo. Vamos mandar correspondência especificamente para as instituições que participam da Rede aqui no Rio Grande do Sul, para que se possa, o mais rápido possível, ter informações, depoimentos e sugestões.

Com a palavra a Sra. Carolina Drügg.

A SRA. CAROLINA DRÜGG - Em primeiro lugar, quero, em nome da Secretaria Estadual da Saúde e da equipe estadual do Primeira Infância Melhor, agradecer o convite.



A gente vai apresentar um pouco da nossa experiência, que começou em 2003, nas suas mãos, Dr. Osmar Terra, e a que hoje o nosso Governador Tarso Genro dá continuidade, com ampliação das ações.

Eu convido a todos a assistirmos a um vídeo que foi produzido pelo canal *Futura* no Município de Teutônia, 16ª CRS. Ele vai ilustrar um pouco do trabalho do nosso visitador na casa das famílias.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. CAROLINA DRÜGG - É engraçado a gente receber um convite para falar de um marco legal da primeira infância no Rio Grande do Sul e é impossível não nos remetermos ao Primeira Infância Melhor, que eu acho que é uma das experiências mais fortalecidas e tem sido exemplo para o restante do País pensar o cuidado com a primeira infância.

Hoje mesmo nós estamos com uma equipe no Estado do Espírito Santo, no Município de Vila Velha, assessorando essa equipe que está pensando um programa tal como o Primeira Infância Melhor naquele Município. O Estado do Amazonas está levando a experiência. Nós retornamos, na semana passada, de uma semana de trabalho com os visitadores que atuam em comunidades ribeirinhas. Ou seja, a gente tem visto, ao longo desses 10 anos, o potencial que tem esse Programa.

Eu acho que é o nosso papel, meu e de Valserina, hoje, e também de Maria da Graça, passar um pouco dessa experiência para vocês entenderem como se dá o cuidado com a primeira infância no Rio Grande do Sul.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é uma política que foi implantada em 2003. O Programa tornou-se lei estadual em 2006.

O nosso objetivo primordial é fortalecer as competências das famílias, para que elas tenham condições de cuidar, proteger e educar suas crianças de forma adequada.

Nosso trabalho está todo voltado para a valorização das comunidades.

A Maria da Graça trouxe muito bem a questão das comunidades quilombolas, a questão das comunidades indígenas. Nós vimos no vídeo, agora, a questão das comunidades alemãs, que também são uma especificidade do nosso Estado.



O nosso trabalho de fortalecimento das competências familiares e comunitárias está sempre centrado na valorização das experiências e da cultura de cada família, para que a orientação que o visitador leva toda semana tenha significado para aquela família e realmente faça diferença no seu cotidiano de cuidado, de afeto com a sua criança.

O nosso trabalho é coordenado, no Estado, pela Secretaria Estadual da Saúde, mas a gente trabalha, é claro, no viés da integração, e, portanto a gente agrega outras Secretarias no apoio a essa coordenação. São elas: a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, a Secretaria da Educação, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e a Secretaria da Cultura.

Nesse trabalho, a gente atua através da organização de um grupo gestor, que se reúne periodicamente para pensar as diretrizes e metas do Programa. Isso nos dá um caráter de bastante capilaridade dentro do Governo e fortalece, claro, a sustentabilidade da política.

Nossos fundamentos teóricos.

A gente praticamente trabalha com Vygotsky, na questão da interação da criança com o seu meio cultural, com a sua relação de aprendizagem com aquelas crianças que já sabem mais ou com o próprio adulto e também em todas as questões de vínculo, de afeto e de apego.

Nossa referência metodológica vem de Cuba. O Dr. Osmar e sua equipe foram lá, em 2003, atrás de uma experiência que pudesse ser satisfatória para o nosso espaço aqui, no Rio Grande do Sul, e reconheceram, na experiência do Centro de Referencia Latinoamericano para la Educación Preescolar — CELEP, no Educa tu Hijo, uma metodologia de trabalho que poderia ser aplicada aqui no Rio Grande do Sul, com as devidas adaptações.

Eu já coloquei para vocês que alguns dos nossos princípios são o fortalecimento das competências familiares; a promoção do lúdico no trabalho com as famílias; o respeito aos ritmos de cada família. Enfim, são questões que permeiam nosso trabalho. Acredito que o vídeo tenha esclarecido bastante isso para vocês. A construção do brinquedo junto com a família, o ritmo da criança, o trabalho com a comunidade, o respeito pelo afeto, a promoção do vínculo afetivo dentro da



família são questões que permeiam nosso trabalho. É claro que a gente tem por fim o objetivo de promover o desenvolvimento da criança, mas entende que tem toda uma caminhada que precisa ser construída junto à família e junto à comunidade para que o desenvolvimento da criança seja enfim conquistado.

Aqui a gente apresenta um pouco da estrutura da política; depois a Valserina vai explicar como o PIM se desenvolve no Município; mas é interessante notar que a gente trabalha realmente como um quebra-cabeça, e Estado e Município precisam estar juntos para esse trabalho funcionar.

A gente conta com um grupo técnico estadual de cerca de 20 pessoas. Nós trabalhamos de forma georreferenciada, fazendo assessoria aos Municípios, prestando apoio institucional, para que as equipes municipais tenham condições de crescer, de aprender — a gente também aprende com eles — e cada vez mais aprimorar o trabalho do Primeira Infância Melhor.

Nos Municípios, a gente tem, então, um grupo técnico municipal formado por pelo menos três integrantes, que representam as Secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social. É claro que outras Secretarias Municipais podem se agregar ao grupo, mas essencialmente são essas três, para que a gente possa garantir realmente aquele olhar inicial sobre o desenvolvimento integral da criança.

Nós também contamos com monitores municipais. A gente poderia dizer que esses monitores fazem o papel de supervisores dos visitantes. Eles são os responsáveis por planejar o trabalho junto com os visitantes semanalmente.

Essa, aliás, é uma questão importante a ser destacada: a gente tem um trabalho muito forte na supervisão desses visitantes, para que eles realmente tenham condições de planejar visitas focadas nas famílias, focadas nas comunidades. Esses planejamentos são feitos semanalmente, com a ajuda do monitor, e o monitor também faz toda a interlocução entre o visitante que ele assiste na realidade de trabalho, lá no território, com os serviços, o que ele vê nas famílias, e o grupo técnico municipal, para que esse grupo possa fazer, então, os devidos encaminhamentos juntos as suas Secretarias.

Finalmente, temos os nossos visitantes municipais. Hoje nós temos 2,7 mil visitantes atuando no Rio Grande do Sul. Em média, um pouco mais de 50% dos



nossos visitantes já são concursados, o que é uma vitória para o Programa e é uma questão de sustentabilidade para os Municípios também.

As nossas modalidades de atenção.

Como eu tinha dito, elas são planejadas semanalmente pelo visitador. A nossa forma de atuação se dá através de visitas domiciliares feitas semanalmente para as famílias com gestantes e crianças até 3 anos. Também são feitas atividades grupais semanalmente para as crianças de 3 anos até 6 anos. Então, o trabalho difere um pouco, conforme o público: é individual, na casa da família, quando há gestantes e crianças até 3 anos; e grupal, em algum espaço da comunidade, para as famílias com crianças de 3 anos até 6 anos. Também participamos das reuniões grupais que são realizadas nas unidades de saúde com as gestantes.

Esses são alguns desafios desse processo de trabalho do PIM.

Acho que um dos principais desafios que nós temos, apesar de já termos completado 10 anos de implantação, é realmente a sensibilização das pessoas para a causa da primeira infância. A pauta da primeira infância e a sensibilização acerca do porquê se investir na primeira infância têm que estar sempre no nosso discurso. A gente está tendo sempre que bater na porta do líder comunitário, do gestor, do Secretário, das famílias, para mostrar a importância desse Programa e a importância do cuidado com a primeira infância.

Eu acho que esse é o primeiro desafio que a gente enfrenta: fazer com que as pessoas realmente olhem para a infância como uma prioridade de investimento.

A gente também tem questões como rotatividade das equipes, tanto da equipe estadual, como da equipe do Município. Com isso, a gente perde, às vezes, muito do investimento que se faz com formação e dos vínculos que a gente cria entre os profissionais e entre os profissionais e as famílias. Então, a rotatividade das equipes é um problema grande para nós.

Outro desafio é o perfil das equipes no Estado e nos Municípios. Elas têm que ter esse perfil, de que a Maria da Graça falou bem, da ética, do cuidado, de um olhar mais refinado sobre as especificidades das famílias, de um olhar mais sensível para essas realidades. Então, o perfil é realmente um desafio para a gente.

Há alguns alinhamentos de conceito e valores. Qual é o ideal que nós temos de família? Que lugar a infância ocupa no nosso consciente coletivo? Os Municípios



podem trazer muito essa questão. Quantos visitantes, muitas vezes, nos trazem que não conseguem lidar com certas realidades, que têm dificuldade de aceitar certas realidades? Então, são questões muito presentes no nosso dia a dia de trabalho.

Há, ainda, os interesses políticos, que variam, às vezes, conforme o partido político; às vezes é o mesmo partido, mas varia o interesse. Então, a gente tem sempre que lidar com isso no Estado e nos Municípios. Por isso, é preciso a sensibilização estar sempre muito presente e a gente poder realmente conhecer quais são os argumentos científicos que embasam a nossa fala, para a gente poder defender isso com mais propriedade.

A contratação dos visitantes é um grande problema para os Municípios. A gente tem batalhado para que eles criem as leis municipais do PIM; para que eles tenham condições de criar o cargo do visitante; para que realmente essa questão da contratação deixe de ser um problema. Mas a gente também entende que são apenas 10 anos. Nós já temos, em 50% dos Municípios, os visitantes contratados por meio de concurso público. Isso já é uma conquista. Então, aos poucos, a gente vai driblando esse problema.

Sobre o custo do programa, vocês vão ver que o Fundo Estadual de Saúde repassa um recurso para os Municípios — a gente vai ver isso nos próximos slides —, mas os Municípios ainda dependem muito do custeio do Estado para dar conta do desenvolvimento do Programa. Isso traz uma limitação para a ampliação, para a qualificação do trabalho que é feito na ponta. Então, um dos trabalhos do Estado é tentar fazer com que os Municípios, além de entenderem a importância de investir, entendam que é preciso fazer uma previsão orçamentária para que esse Programa realmente tenha condições de se desenvolver.

Por fim, falo da gestão compartilhada entre diferentes Secretarias. Vocês podem imaginar o que é reunir diferentes Secretarias para pensar num sujeito que é único e que por muito tempo foi compartimentado: cada um cuidava de uma partezinha: a educação cuidava de uma parte, a saúde cuidava da outra, a assistência cuidava da outra, e se esqueciam de que esse sujeito era um só, era o João. Então, um dos desafios que a gente tem ainda hoje é tentar fazer com que



essas pessoas se sentem juntas e enxerguem que esse João é único e que é responsabilidade nossa cuidar do João, apoiar a família nesse cuidado.

Então, são esses alguns desafios que a gente tem na gestão.

Atualmente, a gente está passando por um processo de avaliação junto à Fundação Getúlio Vargas. Essa vai ser a nossa primeira avaliação de processos de trabalho. Está sendo um processo bem interessante de reformulação de alguns aspectos do Programa.

Mas temos algumas avaliações já concluídas — a nossa Secretária Sandra apresentou alguns resultados. Uma delas foi a que fizemos junto à Universidade McMaster, do Canadá, em que aplicamos um instrumento que chama EDI — Early Development Instrument.

Esse instrumento nos dá condições de medir como a criança chega à escola, qual é a prontidão dela quando chega à escola, a partir de cinco dimensões. Então, fizemos a avaliação com essas crianças e tivemos os principais resultados de uma primeira análise — a gente ainda está numa segunda rodada de análise.

Percebemos que nós temos pais mais presentes na vida escolar dos filhos. Inclusive, muitos relatos nos demonstram que não é um estar presente porque leem a agenda ou porque respondem bilhetes; estão presentes porque vão às reuniões, porque entregam o filho na escola, porque conversam com a professora.

Temos uma redução na vulnerabilidade para a aprendizagem, especialmente nos que diz respeito aos meninos, o que representa um fator protetivo, porque a gente sabe que os meninos são as maiores vítimas da evasão escolar, da repetência. Então, para nós é uma felicidade saber que temos um impacto positivo na capacidade que eles têm de aprender, de permanecer na escola e de concluir, então, os seus estudos.

Temos uma redução também na vulnerabilidade para a aprendizagem nas crianças filhas de mães com baixa escolaridade. Um dos critérios que nós temos para a seleção das famílias que vão integrar o PIM são mães de baixa escolaridade, porque sabemos do impacto que tem a escolaridade da mãe no desenvolvimento da criança. Então, isso foi para a gente um ganho muito significativo.

Temos, ainda, um maior impacto nas crianças que participaram do Programa por mais de 2 anos — por isso também a nossa orientação de que, quanto mais



precocemente a gente pega essa família, de preferência lá na gestação, mais resultados nós vamos ter no desenvolvimento da criança.

Aqui, um pouco do nosso incentivo financeiro.

Para 2014, a gente tem uma previsão de 33 milhões para investir no PIM. Nós repassamos um recurso do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, e a nossa base de cálculo é a carga horária do visitador e o número de visitadores habilitados no Município. Então, nós temos hoje que, para 20 horas, cada visitador recebe 500 reais; para 30 horas, 750 reais; e, para 40 horas, mil reais.

Só para vocês entenderem: se o Município tiver 10 visitadores de 40 horas, vai receber 10 mil reais mensais do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. Esse não é um recurso para ser utilizado necessariamente no pagamento do salário do visitador, mas pode ser utilizado para isso. Ele é um recurso de incentivo para que o Município tenha melhores condições de desenvolver o Programa.

Aqui, alguns dados da política.

Estamos em 266 Municípios. Contamos com 2.716 visitadores, atendendo 59.752 crianças, um bom número já. Famílias atendidas nós temos 54.320. Chegamos ao marco de 8.148 gestantes — é uma busca constante nossa poder aumentar o número de gestantes.

Acho que a gente, com o vídeo e com esta apresentação bastante breve, consegue ter uma ideia da grandiosidade desse Programa.

É um desafio constante no nosso dia a dia, mas também é um grande prazer poder trabalhar com uma política que realmente a gente tem visto dar resultado importante junto às nossas famílias.

Como a Graça nos trouxe, a gente realmente abre a porta da casa dessas famílias e vai lá dentro para orientá-las, para apoiá-las no cuidado. E esse cuidado não fica centralizado na criança; a gente sabe que o poder dele vai além: vai para o cuidado com o pai, com a mãe, com o irmão, com o avô. Isso vai muito adiante da promoção do desenvolvimento da criança.

Eu queria agradecer a oportunidade. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Carolina.



De imediato, passo a palavra para a Dra. Milena da Rosa Silva, da Universidade Federal de Porto Alegre, que trabalha na área acadêmica de pesquisa em relação a desenvolvimento humano.

A SRA. MILENA DA ROSA SILVA - Boa tarde.

Eu quero começar agradecendo o convite para estar aqui.

Eu sou professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — URGs e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da mesma Universidade e pesquisadora do Núcleo de Infância e Família, que vem, desde a década de 90, pesquisando vários aspectos da primeira infância e das relações familiares, em diferentes abordagens teóricas.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui conversando com vocês neste momento em que se pensa uma legislação tão importante, porque é papel da universidade pesquisar e formar profissionais, mas também sair dos muros da universidade e levar suas produções e seus conhecimentos para onde eles efetivamente possam propiciar mudanças. A gente acredita que esses espaços em que podemos contribuir com o pensar para tornar os nossos resultados de pesquisa parte de políticas públicas são o que importa e são o que traz mais valor ao nosso trabalho — além, é claro, da formação de profissionais, que trabalharão posteriormente nessas políticas também e que precisam de uma formação voltada para essas preocupações.

Eu queria rapidamente colocar algumas questões que vão, e muito, ao encontro do que já foi falado nesta Mesa, principalmente no momento anterior.

A psicologia, há muitas décadas, e a psicanálise, desde sua origem, põem relevo à importância do cuidado na primeira infância. Mesmo que se rejeite — essa também é uma preocupação nossa — uma postura excessivamente determinista ou de rígidas relações causais, no sentido de que o que acontece aqui leva a um fim previamente determinado — a gente sabe que isso é muito mais complexo —, nós testamos e vimos que o que acontece nos primeiros momentos da infância tem repercussões em todo o curso de vida dos sujeitos. Os primeiros anos de vida de uma criança, desde a gestação — hoje há uma série de estudos que falam de psiquismo fetal, ainda durante a gestação —, são fundamentais para todo o seu desenvolvimento e para o que a gente chama de constituição psíquica, que tem a



ver muito mais do que com habilidades, mas com a própria humanização do sujeito, o que nos torna pessoas, humanos.

Nós atestamos essa afirmação com base em muitas décadas de intensa produção científica, especialmente a partir da década de 50, que vem comprovando as repercussões de dificuldades nos momentos iniciais da vida sobre a saúde mental e, inclusive, física dos sujeitos.

O Núcleo de Infância e Família na URGs atua em graduação e pós-graduação mais ou menos desde a década de 90, e a gente tem foco no desenvolvimento emocional e cognitivo a partir da primeira infância, incluindo-se aí a gestação e até mesmo o momento da formação do casal, ou seja, a pré-história daquelas crianças.

Nós temos pesquisado a maternidade, a paternidade e o desenvolvimento em diferentes situações, típicas e atípicas, como o contexto de doença crônica na infância, a parentalidade na adolescência, as dificuldades emocionais no puerpério, famílias monoparentais, famílias homoparentais, fertilização medicamente assistida e outros contextos. É um grupo bastante grande.

Especificamente no doutorado, eu trabalhei com a questão da depressão pós-parto materna, especialmente com a relação mãe-bebê, e com a psicoterapia pais-bebê no contexto da depressão pós-parto materna. Hoje estou trabalhando em pesquisa na área da educação infantil, na formação de professores, em escolas de educação infantil municipais e conveniadas da Prefeitura de Porto Alegre.

Então, eu quis pensar um pouquinho, muito na linha do que já foi colocado aqui, sobre o que caracteriza a primeira infância, porque, se a ideia é ampliar e focar as leis e ter uma preocupação específica com esses primeiros momentos da infância, que não foram necessariamente tão pensados quando da criação do ECA, a gente tem que pensar o que é específico desse momento.

Acho que principalmente duas questões são muito específicas. Uma é a possibilidade da prevenção — e, em psicanálise, especialmente, a gente briga um pouquinho com a ideia da prevenção, porque é difícil a gente atuar onde não há nenhum sinal, nenhum indicador de que as coisas não vão bem. Então, a gente tem trabalhado mais com o conceito da intervenção a tempo. Como é um momento de constituição, nós podemos muito rapidamente detectar sinais de que as coisas não



vão bem ou de que as coisas vão por um caminho que não seria o mais privilegiado e podemos atuar no momento em que é possível ainda trazer mudanças importantes e levar a um curso mais interessante a constituição daquela criança.

A outra questão, que já foi falada aqui, é o fato de que o custo de promover a saúde na primeira infância é menor do que o custo de tentar restabelecer a saúde posteriormente. Já há uma série de estudos mostrando isso. Então, a gente se preocupa muito com o trabalho de prevenção e com essa intervenção a tempo na constituição psíquica e no desenvolvimento infantil.

Outra questão que parece muito característica desse momento da primeira infância é a questão da dependência e do desamparo, porque o que caracteriza o bebê humano é o nosso desamparo: nós não sobrevivemos sem que alguém tome a seu encargo a tarefa de cuidar.

A esse respeito, Winnicott — que já foi citado aqui, além de indiretamente, através do Salvador Célia —, que era um pediatra de origem, mas se tornou um importante psicanalista e terapeuta de crianças, em algum momento, disse, provocativamente, que *“não existe algo como um bebê”*. Falando aqui do bebê, o que quer dizer essa afirmação? Quer dizer que não se pode pensar nunca num bebê sozinho. Ao pensar num bebê, a gente tem que pensar em alguém, um adulto afetivamente dedicado a esse bebê, que vai possibilitar que ele não só sobreviva como corpo, mas se torne efetivamente humano.

Então, quando a gente pensa no bebê e no que é importante para o desenvolvimento desse bebê e dessa criança, que vai ser um adolescente e um adulto, a gente tem que pensar na qualidade do cuidado. E, para pensar isso, a gente tem que pensar nos aspectos instrumentais e nos aspectos afetivos.

Hoje, a gente já teve muito avanço, acredito, em relação aos aspectos instrumentais, embora aqui a gente esteja falando de diferentes realidades, dependendo de várias questões, como o nível socioeconômico. Falaram antes de escolas particulares e públicas, mas, na verdade, tanto em escolas particulares quanto em públicas já existe um conhecimento em relação à importância de estimular os bebês para as questões cognitivas. No entanto, nem sempre os aspectos afetivos andam juntos, e essa é uma questão que a gente tem priorizado, ao pensar no cuidado mais qualificado.



Por isso é que, ao pensar na proteção dos direitos da criança, incluindo sua saúde física, emocional e a própria possibilidade de ter uma infância, de ter lazer, de brincar, é fundamental pensar em estratégias para o cuidado do cuidador. E esse cuidador pode ser tanto da família — o pai, a mãe — como um cuidador da escola, ou o auxiliar de enfermagem, que vai cuidar dos bebês numa UTI neonatal, ou o próprio médico que vai trabalhar com crianças na pediatria. É preciso saber que tipo de cuidado está sendo oferecido.

Em relação ao cuidado na família, os nossos trabalhos de pesquisa têm mostrado que há diferenças significativas na qualidade dos cuidados com os bebês em função de questões como escolaridade dos pais, suas condições de trabalho e, de modo geral, condições socioeconômicas. Então, a gente pensa que as desigualdades sociais incidem quase que diretamente sobre o modo como os bebês são cuidados já dentro de casa.

É importante frisar que a gente não pode tomar isto como uma regra geral — e de maneira nenhuma é isso que as nossas pesquisas colocam — que pais mais escolarizados cuidariam melhor dos bebês do que pais menos escolarizados. Não é isso. Mas existem diferenças, e nós acreditamos que essas diferenças se dão muito até em função do acesso à possibilidade de garantia dos direitos. É diferente. Há situações em que a gente pode trabalhar com informação, e isso é suficiente. Mas há situações em que a informação não é suficiente, porque a família não consegue chegar, por exemplo, ao atendimento que seria necessário à criança, ou não consegue a vaga na creche que ela gostaria. Então, são muitas as questões sociais que impactam nas famílias e no modo como elas estão cuidando dos seus bebês.

Dentro disso, também é preciso destacar que a qualidade do cuidado recebido impacta profundamente a qualidade do cuidado realizado. Então, é preciso quebrar o que seria esse círculo vicioso que ainda existe na nossa realidade, o de que, como eu recebi muito pouco, às vezes, tenho muita dificuldade em oferecer esse amor e esse cuidado qualificado.

Eu gostei muito da história que a senhora contou, quando disse que parou, conversou com a menina, uma mãe tão jovem com uma bebê, porque acho que as informações são, sim, importantes para fazê-la pensar, mas me parece que o principal que foi feito ali foi parar 10, 15 minutos e escutar.



Fiquei muito contente porque todos os exemplos mostrados em relação ao PIM evidenciaram momentos de troca, e isso requer tempo, requer investimento. Então, não dá para colocar o profissional para fazer 20 visitas numa tarde. Ele precisa de tempo para escutar e para acolher o que vem daquela pessoa, as informações que ela tem, porque se a gente entra numa casa dizendo: *“Só um pouquinho, porque eu sei como você deve cuidar do seu filho. Fica quietinha que agora eu vou lhe explicar”*, a gente só consegue ser mandado embora, e com muita razão, porque isso é muita falta de educação. *(Riso.)* A gente precisa escutar, acolher o que essas pessoas sabem sobre criar filhos, e então dar alguns palpites, indicar alguma coisa.

Isso que eu estou falando aqui tem muito embasamento nas nossas pesquisas, que mostram que as famílias estão muito solitárias. Esse papel, muitas vezes, era feito pelas avós, pelas tias, pessoas que conviviam com essas jovens mães. Hoje elas estão muito sozinhas. Elas não sabem para quem perguntar o que devem fazer quando o bebê tem cólica, por exemplo. Nesse vídeo aqui apareceu a mãe dizendo: *“Ela é como a minha mãe, que não tenho aqui comigo”*. Então, eu acho que é esse o papel que nós acabamos fazendo em muitos momentos.

Em relação ao cuidado fora de casa, já foi também mencionada aqui a necessidade cada vez mais premente de que as crianças comecem bastante cedo a frequentar instituições de educação infantil, creches. E costumam passar mais tempo na creche do que no meio familiar, o que torna fundamental atentar para o papel dos profissionais de educação infantil no que diz respeito à constituição psíquica da criança.

Também precisamos considerar o cuidado com bebês e crianças pequenas pela área da saúde desde a gestação. E aqui novamente é brutal a diferença em relação às possibilidades de acesso aos cuidados. Entretanto, sabemos como ainda é frequente que o cuidado com bebês e crianças pequenas nas escolas de educação infantil, ou em hospitais, ou em outros locais onde elas são objeto de cuidado, seja focado no atendimento das suas necessidades físicas e na estimulação cognitiva, sem necessariamente considerar o desenvolvimento emocional na mesma proporção, porque isso também requer dedicação do cuidador, o que, muitas vezes, é bastante difícil. É claro que há uma mudança de perspectiva



que precisa e pode ser trabalhada com esses profissionais, mas também é preciso dar condições para que eles trabalhem.

Em função disso, nós defendemos que é necessária uma valorização da atividade de cuidado, e isso deveria dar-se através da formação dos profissionais, mais do que por treinamento — acho que, muitas vezes, a gente dá treinamento e não formação —, e da valorização das carreiras.

A senhora falou também da Vila Cruzeiro. Na semana passada eu estava na escola Osmar dos Santos Freitas, uma escola de educação infantil — a gente está fazendo um trabalho nessa escola —, e os bebês choravam muito. Daí a pouco, vimos que as educadoras não tinham a menor possibilidade de dar continência àqueles bebês. E elas nos contaram que, 10 minutos antes, tinha havido um tiroteio na frente da escola. Elas estavam com muito medo e com medo de colocar os bebês nos balanços, porque podia passar alguém atirando de fora. Então, há todo um contexto social que torna muito complicado o trabalho do educador, por mais boa vontade que ele tenha. Nós realmente temos que cuidar dos bebês, mas temos também que cuidar dos cuidadores, de quem está cuidando desses bebês.

Acredito que, hoje, apesar dos avanços em relação ao reconhecimento da infância como um período fundamental da vida e das políticas públicas em relação à infância, ainda há muito o que fazer. Há falhas na estrutura tanto de prevenção quanto de tratamento posterior, especialmente em relação à saúde mental da infância, algo em que a gente ainda está engatinhando no Brasil.

Há uma questão sobre a qual vou falar mais por mim do que pelo grupo, mas também com base no que a gente tem trabalhado. Para proteger a criança, é menos válido, ou muito pouco válido, punir o cuidador. Ao contrário, é necessário cuidar do cuidador. A única forma de se ensinar a amar — como foi falado aqui, quando se falou sobre a importância e a possibilidade de se ensinar a amar — é protegendo os direitos de quem cuida, porque, se ele não se sente minimamente cuidado pelo Estado, dificilmente ele vai ter condições de cuidar do bebê.

Rapidamente, era isso que eu queria colocar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Dra. Milena. Foi uma fala muito pertinente, com algumas contribuições que nós já vamos registrar aqui para o nosso debate na Câmara.



Eu quero passar a ,palavra imediatamente, à Prefeita Valserina Gassen, quatro vezes eleita Prefeita de São João do Polêsine, exclusivamente por mérito, nem foi questão político-partidária. Ela é uma figura excepcional e que encampou todos esses programas na área social, particularmente o PIM, quando foi criado. Ela abraçou a ideia e tem uma experiência única de visitação na área rural e que eu levei, inclusive, para mostrar na China, quando fui fazer um debate no Ministério da Educação e da Saúde na China, que nos convidou para apresentar alternativas para o atendimento da primeira infância na área rural. Eu passei um filme de São João do Polêsine para o governo chinês. Então, ela tem uma experiência maravilhosa.

Passo a palavra à Prefeita Valserina Gassen.

A SRA. VALSERINA GASSEN - Eu gostaria que colocassem rapidamente o vídeo, que dura cerca de 2 minutos.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. VALSERINA GASSEN - Deputado Osmar Terra, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, em seu nome. Gostaria de cumprimentar também todos os que vieram e de dizer ao Secretário de Saúde do meu Município, Matione Sonogo, e à equipe do PIM que foi uma alegria trazê-los aqui para este ato.

Eu gostaria neste momento de dizer à Mesa que, como gestora pública, gostaria de ver muitos gestores públicos conosco aqui para valorizarmos esse projeto de política pública. Muitas vezes, um gestor pensa que é mais importante a ponte, a estrada, a parede que construiu e se esquece de toda a construção humana pela qual somos responsáveis. Gostaria também que o Estado do Rio Grande do Sul tivesse mais Municípios com adesão a esse programa.

Nosso Município tem 2.650 habitantes, segundo o último dado do IBGE, mas sabemos que tem mais, em função do fato de que os nascidos não são registrados no nosso Município. Mas vamos chegar lá.

Nós iniciamos essa atividade, em 2004, pela área rural, porque tínhamos necessidade de atender às crianças e às famílias que não estavam sendo atendidas pela nossa creche. E imediatamente fechamos todo o circuito do Município com cinco áreas.

Até então, ele não era muito acreditado, mas logo no primeiro ano fizemos um trabalho de observação do andamento das atividades e do comportamento das



famílias e das crianças. Para nossa surpresa — foi também um grande desafio —, tanto a diretora da creche que recebia as crianças no ano seguinte como a supervisora de ensino e as professoras nos disseram que foi realmente uma façanha a diferença do crescimento de uma criança que chegava à educação infantil tendo passado pelo Programa PIM. Com isso, nós incentivamos a continuidade do Programa.

Estamos com todo o Município coberto. Foi uma surpresa para nós. Acho que isso fez também com que as famílias acreditassem mais. Nós percebemos que os pais ficaram mais envolvidos, principalmente, Deputado, os homens que não eram muito chegados, às vezes, aos programas da escola, da creche, ao atendimento dos próprios filhos, quando chegavam do trabalho. Eles se tornaram, eu diria, mais socializados familiarmente. E isso está fazendo a diferença nas crianças do nosso Município.

Também percebemos o comprometimento das famílias todas com as demais atividades da escola. Quando se chamam os pais para atividades festivas ou atividades para desenvolver um assunto, ouvir um palestrante sobre uma matéria importante para os pais, eles vêm. Eles estão mais solícitos. Eles deixam o seu trabalho, dão um jeito. Seja à noite, seja durante o dia, eles se fazem presentes junto com os filhos. Eu acho que isso também é importante.

Nós percebemos o comprometimento das nossas gestantes, que passaram a participar de todas as atividades, também pelo conhecimento que elas recebem desse Programa. E isso fez com que elas tenham mais saúde no decorrer dos 9 meses de gravidez. Os partos estão mais fáceis, mais saudáveis. Elas cumprem todo o agendamento da saúde. Eu acho que isso fez com que elas se sentissem mais valorizadas e até protegidas na gestação e também depois, quando nasce o bebê, porque elas sabem que têm uma visitadora que pode ajudá-las.

Então, apesar da adversidade — e eu acho que deu para notar, porque o Município de São João do Polêsine é um Município plano e, ao mesmo tempo, montanhoso —, na nossa área rural, principalmente na área montanhosa, ainda temos muitas famílias residindo ali. E, apesar dessa dificuldade, as nossas visitadoras fizeram um grande esforço e estão fazendo a diferença também na área



rural e nos trazendo alunos, crianças para creche, para a nossa educação infantil, com uma socialização diferente.

Na integração das áreas da educação, da saúde e da assistência social, nós percebemos que a educação contribuiu para o desenvolvimento das habilidades; a saúde, com o contato que a visitadora tem com a família, porque, às vezes, ela percebe uma atenção que deve ser dada na área da saúde e, nesse momento, são notificados o PACS, o Secretário de Saúde, a enfermeira, o médico, e é conduzida para a unidade de saúde essa família ou essa criança, daí a importância da integração com a saúde; e a assistência social trabalha mais a parte da socialização, do atendimento, do entendimento entre pais e filhos. Acho que é uma colaboração muito interessante.

No Município de São João do Polêsine, pelo levantamento feito pelo Tribunal de Contas, em 2012, com referência à educação infantil, nós estávamos com 47% das crianças nessa idade sendo atendidas. Estávamos em 1º lugar nos nove Municípios da Quarta Colônia — nós trabalhamos esses nove Municípios de forma consorciada — e, no Estado do Rio Grande do Sul, em 11º.

Nós hoje já passamos dos 50% de atendimento às crianças na nossa educação infantil. Portanto, estamos cumprindo também essa meta. É lógico que o Município é pequeno, é fácil nós conhecermos todos. Quando vem um estranho, nós sabemos que ele não é nosso e vamos atrás, vamos buscá-lo, vamos saber o que está acontecendo. Mas eu acho que precisamos trabalhar para que o mundo e o Brasil sejam melhores, porque tudo se desenvolve no Município.

Eu diria que sou fã e defensora do Programa, Deputado, desde o seu trabalho como Secretário, pelos resultados obtidos. Nós já temos 10 anos de trabalho e sabemos bem a diferença que ele faz, tanto que, com isso, nós animamos outros Municípios ao redor do nosso a aderirem ao Programa e também fomos um pouco, eu diria, assessores, na organização do GTM, na organização também do Programa da Primeira Infância e conseguimos trabalhar, mesmo um pouquinho distantes, com Municípios a 12, 14 ou 20 quilômetros, bastante integrados na troca de experiências.

Como nós temos na nossa creche uma brinquedoteca, que instalamos em 1994, a primeira brinquedoteca da região, quando nem se falava nisso, essa atividade auxilia muito os nossos visitantes.



Eu diria que, como gestores, nós temos dificuldades, pois o Programa ainda não tem uma definição. Parece-me que falta algo a ser definido.

Você falava há pouco sobre a carreira do visitador. Eu acho que essa lei, Deputado, tem que ter um pouquinho de cuidado na questão do financiamento, nas três instâncias, e na questão do perfil do visitador, pois nós sabemos que um professor tem que ter determinada qualificação. Na lei estadual é vaga essa questão da titulação. E o visitador é importante, porque ele começa a trabalhar aqueles primeiros anos de vida da criança. Então, esse é um cuidado que a lei precisa ter. Por enquanto, isso está muito vago.

Nós procuramos qualificar os nossos visitadores, e nossos visitadores procuram se qualificar. Estou com umas meninas já no final do curso de Pedagogia. A gente sabe disso. Mas o que acontece num Município pequeno? O visitador também precisa se qualificar e, quem sabe, procurar algo melhor para a sua sobrevivência. Isso é natural. Como é que se sobrevive ganhando pouco? Então, muitas vezes, faz-se um concurso, e o visitador não fica 1 ano no Município. E não é uma questão só do visitador, é uma questão que envolve os demais funcionários municipais também. A questão é a mesma. Isso preocupa muito os gestores. Nós temos obrigação de qualificá-los, mas logo depois podemos perdê-los. Então, nós precisamos trabalhar o financiamento e a qualificação, para que fique um pouquinho mais normatizada a situação, para termos mais segurança nessa questão dos concursos que nós precisamos fazer.

Finalmente, eu acho o PIM e a educação infantil são os programas mais onerosos para nós. Um Município do porte do nosso aplica 28% em educação, 21% em saúde, porque não tem como fazer benfeito sem atingirmos esses percentuais. Então, é preciso que o Governo veja a forma como vai nos repassar os recursos ou quanto vai repassar e onde podemos gastar. Acho que a lei deveria determinar isso.

Eu me coloco à disposição e gostaria de dizer aos Srs. Deputados e a toda a Frente Parlamentar — já conheço toda a equipe, já estivemos juntos em outros momentos, e o nosso Deputado levou o nosso Município para viajar pelo mundo, que, na prática, de vez em quando, é bom, não é Deputado? —, em todo o caso, que tenham muito cuidado na elaboração e na finalização dessa lei que vai organizar aquela parte que ainda falta ser organizada para que o ECA também



possa ser realmente aplicado. Nós temos algumas falhas porque, às vezes, a lei não é muito clara ou não é muito prática.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de mostrar um pouco do nosso trabalho e de dizer que estamos à disposição naquilo que for necessário. Aproveito para registrar que o Brasil só será verdadeiramente um país se os Municípios estiverem bem. Se eu fosse a Presidente da República, eu trataria os Municípios de forma diferente, porque, se baterem lá na minha porta, e eu atender, ninguém reclama depois. Quando a nossa população está bem, o Estado está bem e o País também está bem.

Deixo aqui um abraço para cada um. Muito obrigada por me ouvirem.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito obrigado, Prefeita Valserina.

Quero apenas dizer que é uma preocupação central nossa essa questão da carreira e a criação da profissão de visitador, para atrair, inclusive, profissionais qualificados, o mais qualificados possível. Mas, para isso, é preciso ter uma carreira e ter uma remuneração melhor que a de hoje, com certeza.

A SRA. VALSERINA GASSEN - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - O impacto que tem a qualidade do atendimento e a qualidade da informação que é passada para as famílias é tudo, é decisiva para o desenvolvimento das crianças.

Agradeço muito à Valserina e passo, de imediato, a palavra ao Dr. Ricardo Jones, médico obstetra da Rede Nacional pela Humanização do Parto e do Nascimento — REHUNA. Dr. Ricardo, agradeço muito a V.Sa. a presença aqui.

O SR. RICARDO JONES - Boa tarde a todos.

Diferentemente da maioria das pessoas aqui, eu não venho do primeiro setor, não sou gestor e vou falar de uma perspectiva essencialmente de terceiro setor, do ativismo e da luta pela humanização do nascimento.

Meu nome é Ricardo. Eu sou médico obstetra nesta cidade e trabalho há bastante tempo aqui. Faço parte da REHUNA (Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento), mas também represento outras instituições, como a IMBCO (International Motherbaby Childbirth Organization), uma iniciativa americana para o



desenvolvimento de ações em função da proteção do binômio mãe-bebê; do IPU (Instituto Perinatal del Uruguay); da Associação Nacional de Doulas; da Associação Portuguesa pela Humanização do Parto; e do ativismo esparsos pelo Brasil, através das redes que nós criamos, como Parto do Princípio, Nascer Sorrindo e assim por diante.

Trabalho com humanização do nascimento há mais de 25 anos, basicamente no enfoque dos direitos da mulher quanto à necessidade de se suavizarem as práticas obstétricas, para que as mulheres possam ter a vivência mais plena possível do nascimento.

Fiquei muito feliz e muito honrado em ver que iniciativas que discutem a primeira infância, principalmente esta, que está sendo tão bem falada e tão bem entendida por todos, incluem a fala das pessoas que trabalham e que lutam pela humanização do nascimento.

O Brasil ostenta hoje — a jornalista Rosane de Oliveira falava das nossas vergonhas, e eu me associava a ela e corava junto com ela — o título de campeão mundial de cesarianas. Esse campeonato é vexatório e muito nos entristece, porque demonstra o nosso descalabro. Nós, médicos e profissionais da área de saúde, não estamos fazendo a nossa parte para tentar proteger a mulher na questão do nascimento.

Eu vejo com muita preocupação a falta de políticas públicas, a falta de políticas dentro da minha corporação, a falta muito grande de estímulo ao parto normal no Brasil, ainda muito carente, e vejo que, de um ano para outro, a situação vai piorando, a artificialização do processo de nascimento vai se tornando cada vez pior. Nós já dobramos o canal da péssima esperança, o índice de 50% de cesarianas. Nós já atingimos 54% de cesarianas no Brasil. Hoje em dia, o normal é abrir sete camadas de tecido no abdômen para arrancar uma criança lá de dentro, em vez de fazermos aquilo que a natureza nos proporcionou e que todas as evidências científicas demonstram ser o mais saudável para a mãe e para o bebê.

E, quando eu falo que o parto é importante para a primeira infância, é porque eu conceituo a primeira infância não do momento em que essa criança dá o seu primeiro respiro, mas do momento em que ela começa a ser gestada no ventre de uma mulher.



Fiquei muito feliz com algumas falas que eu escutei aqui, principalmente com a da Dra. Milena, ao dizer: *“Olha, essa criança precisa ser cuidada”*. Mas por quem ela tem que ser cuidada? Por quem ela tem que ser cuidada? Quem é a mulher que está ao lado dessa criança, quando ela chega ao mundo pela primeira vez? E como nós tratamos essa mulher? A humanização do nascimento é uma questão de gênero. E isto nós não podemos deixar de levar em consideração nunca.

“A mulher é o negro do mundo”, dizia o filósofo John Lennon, quando se referia à forma negativa e preconceituosa com que toda mulher é tratada.

Aqui, no Brasil, só em 2005 nós garantimos que as mulheres pudessem ter direito a um acompanhante no momento do parto. E essa lei já existia em países outros, há décadas! Basta que a gente pegue um filme dos anos 80, dos Estados Unidos, para ver que lá aparecia o médico, a paciente e o seu acompanhante. E nós aqui temos ainda que brigar em porta de centro obstétrico para que mulher tenha direito a um acompanhante.

Recentemente, um hospital privado desta cidade fechou, negou assistência às mulheres pelas doulas. E a desculpa que eu escuto sempre é: *“Ah, este é um hospital privado. O governo não tem nada a ver com isso, o Ministério Público não tem nada a ver com isso, a sociedade civil não tem nada a ver com isso”*. E eles fazem o que querem na atenção ao parto. E isso não é verdade. Nós temos 52 milhões de pessoas na assistência suplementar de saúde no Brasil que também estão sendo maltratadas, e nós temos que levar isso em consideração.

Há mais ou menos 15 anos, eu vive um episódio muito importante na minha vida. Fui atender a um parto num hospital desta cidade, um parto muito difícil, um parto complicado. Minutos antes de o bebê nascer, a mãe me disse: *“Eu não aguento mais. Eu desisto. Eu não quero mais! Por favor, está muito difícil, está muito complicado!”* E eu disse para ela: *“O parto é seu”*. Falei isso, porque faz parte das prerrogativas fundamentais dos movimentos de humanização do nascimento no mundo inteiro a restituição do protagonismo à mulher, para que ela deixe de ser tutelada pela sociedade, onde alguém pensa, alguém diz o que é bom para ela. Eu disse: *“O parto é seu. Se você me disser que não aguenta mais, que esse é o seu limite, eu mudo a estratégia, e nós vamos partir para uma cirurgia. Mas, veja bem, se você está bem e o seu bebe está bem — ambos estão cansados, mas vocês estão*



bem —, eu te peço que aguente mais um pouco”. E ela disse: “É, mas está difícil, está complicado”. Eu disse: “Espera mais um pouquinho. Tenha fé em você mesma. Tu precisas acreditar em ti, porque eu acredito em ti”.

Passaram-se mais 30 minutos, e o bebê nasceu. Essa mãe ficou bem feliz. Mas o que eu via nessa mulher, logo depois do seu parto, não era a imagem que nós todos fantasiávamos a respeito de uma grávida que acabou de ganhar o seu bebê. Eu vi um olhar de espanto nela. Ela estava atônita, olhando para aquele bebê. Mas feliz! Dois dias depois, foi para casa. Sete dias depois, ela volta ao meu consultório e diz assim: *“Eu vim aqui para que tu tires um ou dois pontinhos que ficaram daquele parto e para te dizer que aquele parto em que você me atendeu há uma semana me destruiu completamente. Eu estou olhando para baixo agora e tentando juntar os cacos do que sobrou daquela alma despedaçada naquele parto”.*

Nesse momento, eu pensei: *“Nunca se sabe totalmente o que se faz com uma pessoa e o que ela capta daquilo”.* Eu fiquei triste, mas atento. E, 1 minuto depois, ela me disse: *“E eu estou aqui exclusivamente para te agradecer, porque aquela mulher que desapareceu naquele parto deveria ter desaparecido há 30 anos. O parto foi o evento mais transformador de toda a minha vida, o momento mais forte, mais intenso e que foi capaz de desfazer uma série de mágoas, de rancores, de tristezas, de angústias, de medos que eu tinha no transcurso da minha própria vida”.*

Aquela mulher que ficou jogada naquela sala de parto precisava ficar lá para que pudesse brotar uma nova mulher. Eu digo isso, porque, cada vez que nós testemunhamos o nascimento de uma criança, nós também testemunhamos o nascimento de uma nova mulher. Como dizia a antropóloga americana Barbara Katz Rothman, parto não tem a ver apenas com fazer bebês, mas com construir uma mulher forte e capaz para lidar com os desafios da maternidade. *(Palmas.)*

Portanto, no momento em que a gente está testemunhando o surgimento, o nascimento da primeira cuidadora, da mais importante de todas as cuidadoras que este universo já foi capaz de produzir, nós precisamos ter a responsabilidade de oferecer a ela as condições adequadas para que possa desenvolver as suas capacidades, o que, frequentemente, os sistemas de saúde negam a ela, porque a tratam como subcidadã, como ser humano que não tem voz, que não tem vez, que não pode se expressar, que não pode fazer escolhas, que não pode ter a sua família



ao seu lado, a quem é sonegado o direito de ter a companhia que quer no momento mais precioso de toda a sua vida. E, nesse momento, nós fazemos vista grossa para os direitos mais básicos que um ser humano pode ter, como o direito de ser amado para poder amar.

Primeira infância, senhores, significa proteção a essa mulher que vai cuidar. Não existe nenhum programa de primeira infância que não seja focado na mulher, porque ela é o centro da casa, o centro do lar, o centro da sociedade. Como já dizia um filósofo porto-alegrense: *“As mulheres são o centro do universo, porque um grupo de homens se reúne e só fala de mulher, e um grupo de mulheres se reúne e só fala de mulher. Todo mundo fala de mulher, porque elas são espetaculares”*.

A Dra. Maria Helena falava agora sobre a característica de um bebê quando nasce, a característica específica da nossa espécie, que se chama altricialidade, pelo processo de fetação e gestação. Nós somos jogados neste mundo antes de estarmos preparados, antes de termos o arcabouço neurológico para suportar as agruras dessa vida. Uma criança de 8 meses de idade, no estágio de espelho, tem as mesmas habilidades de um chimpanzé recém-nascido. Quando vêm as mães com seus bebês no colo, eu digo: *“Vai a um zoológico e troca por um chimpanzé que é a mesma coisa.”* As habilidades são as mesmas.

Essa criança, que leva 8 meses para ter o mínimo de capacidade de proteção, é albergada nos seios da mãe, para que possa sobreviver. E, naquele momento mágico, que nós que trabalhamos na área da saúde testemunhamos todos os dias, dá-se a força energética mais misteriosa, mais mágica e mais espetacular de todo o planeta. Quando uma criança é jogada neste mundo, antes de estar preparada, ela abre seus olhos e procura dois pontinhos brilhantes, que são as únicas coisas que podem dar a elas uma esperança de sobrevivência, falo dos olhos brilhantes de sua mãe, a 20 cm de distância. Neste momento, nós, cuidadores, precisamos estar preparados para honrar o que há de sério e de sagrado, o que há de espetacular, de misterioso e de belo no nascimento de uma criança.

Nós já ultrapassamos, há muito tempo, todo e qualquer limite de decência a respeito da intervenção sobre esse momento, porque 54% de cesarianas no Brasil é um escândalo. É um escândalo internacional. E só aqui a gente acha natural. A qualquer lugar que eu vá, Bulgária, Tchecoslováquia, Inglaterra, e mesmo nos



Estados Unidos, onde isso também é uma balbúrdia, eles olham para mim e dizem: *“Diz que é verdade, porque eu não acredito. É verdade que existem hospitais, em Porto Alegre, que fazem 90% de cesariana?”* Eu digo: *“Não. É mentira. São 95%.”*

É verdade que, no SUS, nós já temos mais do que o dobro do que a Organização Mundial da Saúde determina? Sim, mais do que o dobro, são 38%. A Organização Mundial da Saúde diz que o índice razoável de cesariana é de 10% a 15%, e que nenhum benefício se acrescenta à qualidade de mães e bebês quando passa de 15%.

É verdade que uma mulher de classe média vai ter seu primeiro filho com curso superior e mais de 30 anos? A chance de qualquer mulher, que frequenta consultórios em Porto Alegre, de ter um parto natural é menos de 10% — menos de dois dígitos? É verdade isso. A cidade de Porto Alegre tem mais de 90% de cesarianas na classe média. É exatamente aquela classe que menos precisaria de intervenção, porque é mais alimentada, tem mais educação e assim por diante.

Eu pergunto: que tipo de ação estamos tomando com relação a isso? Quando nós começamos a tocar no sagrado da vida, isso é muito grave. O que vai acontecer com uma civilização na qual nenhuma criança nasceu através do esforço da sua mãe? Que mãe é essa que cuida dos primeiros anos de uma criança sendo que o próprio processo de nascimento dela foi violento, foi agressivo, foi cirúrgico em vez de ser natural? Nas circunstâncias, evidentemente, em que um parto natural seria adequado, e não nas raras cesarianas que são benéficas, que estão entre 10% e 15%. Que civilização é essa que desrespeita os nossos ciclos naturais? O que vai ser de uma humanidade na qual nenhuma criança vai escutar sua mãe dizendo: *“Eu consegui.”* Em vez disso, os primeiros sons ouvidos por essa criança foram as piadinhas dos cirurgiões da sala. Nós temos que pensar no futuro da nossa civilização.

A brincadeira irresponsável com a intervenção no ciclo gravídico-puerperal já foi longe demais neste País. Se quisermos realmente pensar na primeira infância, temos que levar em consideração que mãe entregamos a esse bebê que acabou de nascer. É uma mãe amarrada? É uma mãe com morfina? É uma mãe que não foi capaz de amamentar na primeira hora porque estava amarrada numa mesa cirúrgica? É uma mãe que vai ter mais dificuldades para amamentar depois, porque



estará cheia de dores no pós-operatório? Que criança é essa, desmamada pelo excesso de intervenções na sua mãe? Que criança é essa que vai conseguir aprender depois, se a sua dentição não foi adequada, se vai se tornar um respirador bucal em função disso e que depois vai passar a noite inteira sem dormir e não estuda bem de manhã, quando acorda para ir à escola? Há uma cascata de intervenções que se somam e fazem com que a gente perca completamente a noção de onde nós estamos em relação a isso.

(Falha na gravação.)

O SR. LEO ARNO RICHTER - ...em pré-escolas. No Rio Grande do Sul, nós temos, na população infantil, de 0 a 5 anos... — são dados de 2012. Por que nós estamos usando 2012? Porque o censo escolar sai agora, por essa época mais ou menos. Vamos atualizar para 2013. Faremos isso assim que tivermos em mãos todos os dados do novo censo escolar. Por isso trabalhamos aqui com 2012. Nós temos, de 0 a 5 anos, 783.777 habitantes. Isso corresponde a 7,28% da população total do Estado do Rio Grande do Sul. São crianças de 0 a 5 anos. Isso em 2012, mas agora pode ter mudado um pouco. Essa população de 7% do Estado está localizada relativamente de maneira bastante aproximada, igual, em relação tanto às crianças de 0 a 3 anos, como as de 4 e 5 anos. Oitenta e cinco por cento das crianças estão na zona urbana e 15% na área rural.

Resultados, de 2012, de atendimentos de alunos na creche e pré-escola. A taxa de atendimento de alunos em creche no Rio Grande do Sul, em 2012, foi de 25,44%, enquanto a média no Brasil foi de 22,68. O resultado coloca o Rio Grande do Sul na sexta posição nacional em 2012, sendo que, em 2011, nós estávamos na oitava posição. Então, melhoramos duas posições em 2012.

No entanto, ainda tínhamos 96 Municípios que não atendiam nenhuma criança em creche, pela meta do Plano Nacional de Educação, em 2011. Em 2012, para atingir aquela meta dos 50%, ainda faltavam ser criadas 128 mil vagas em creches.

Com relação à pré-escola, em 2012, tínhamos 67,57% de taxa de atendimento. O resultado colocou o Rio Grande do Sul na 25ª posição em 2012; em 2011, nós estávamos na 26ª posição. No entanto, esse não é um bom indicador, porque somente o Amapá e Goiás apresentavam índices menores. Vejam que o Rio



Grande do Sul, então, tem muito para avançar na questão da educação da pré-escola.

Em 2012, 251 Municípios gaúchos não atenderam a meta de matricular 80% da população de 4 a 5 anos em pré-escola, e faltavam ser criadas 87 mil vagas em pré-escola no Rio Grande do Sul.

O Tribunal de Contas, então, vem fazendo um monitoramento específico de 208 Municípios, embora faça estudo sobre os 497 Municípios. E aqui 496, porque Pinto Bandeira, que se emancipou, ainda não estava aqui.

Por que 208 Municípios especificamente? Porque em 208 Municípios se concentram 91% das vagas de educação infantil que ainda precisam ser criadas. Então, estamos monitorando mais de perto esses Municípios.

Vale a pena monitorar esses Municípios? Bem, pelo resultado inicial, em 2008, começamos com 45 Municípios e hoje estamos com 208 especificamente. Não temos nenhuma pretensão de achar que o Tribunal de Contas foi quem produziu. São várias ações. Todos estão querendo que as ações sejam produzidas para melhorar esses índices. Mas cremos que o Tribunal de Contas foi um indutor dessas políticas públicas, porque nesses 45 Municípios, para os quais fizemos relatórios mais diretos, tivemos um acréscimo de 34% de novas vagas, enquanto que nos outros Municípios tivemos um aumento apenas de 21% de novas vagas.

Por isso, quando estamos fazendo essas radiografias de ensino infantil no Estado, não estamos fazendo simplesmente pelos nossos relatórios de auditorias, que têm toda uma tramitação dentro do Tribunal de Contas, mas estamos chamando a imprensa e chamando a sociedade para ter conhecimento em relação a esses dados no Rio Grande do Sul. E isso tem sido mais indutor do que os próprios relatórios que fazemos de auditoria.

Nossa maior preocupação ainda é com os Municípios onde temos maior população. Por exemplo, em São João do Polêsine, que precisa acrescentar vagas, um esforço, por menor que seja, dá uma grande repercussão. Agora, nos Municípios de maior população, o esforço que se faz para tentar suprir essas vagas precisa ser bastante significativo, para que mude uma situação. Para vocês terem uma ideia, os dez maiores Municípios em vagas, no Rio Grande do Sul, são esses que estão aí na tela. Notem que, no Rio Grande do Sul, nós temos que criar, em educação infantil,



213 mil vagas. Dessas 213 mil, 97 mil estão situadas somente nesses 10 Municípios. Então, 45% das vagas que precisam ser criadas estão nesses Municípios de maior população.

Outro aspecto que entendemos importante nesse levantamento que nós fizemos é o financiamento da educação infantil, os valores liquidados com recursos municipais apenas, não incluindo recursos federais nem estaduais. Quanto aos recursos municipais, no MDE, no ano de 2008 — MDE é Manutenção do Desenvolvimento de Ensino, que abarca educação infantil e ensino fundamental —, passamos de 293 milhões para 441 milhões. No FUNDEB, passamos de 95 milhões para 370 milhões. Na educação infantil, então, foram aplicados 386 milhões e, no ano de 2012, 812 milhões.

Mas o que significa isso, essencialmente, em termos evolutivos? Vejam que, com relação ao FUNDEB, que é um valor que vem específico para os Municípios gastarem em educação, o valor repassado aos 496 Municípios foi de 623 milhões de reais. No entanto, 129 Municípios não aplicaram nada e 367 aplicaram apenas 370 milhões em educação infantil, desses recursos do FUNDEB, que vêm tanto para a educação infantil quanto para o ensino fundamental. Ou seja, aplicaram a menor 252 milhões.

No entanto, Deputado, esse é um foco. Queria aproveitar a oportunidade de o senhor estar aqui, porque a legislação permite isso. Nós temos valores específicos que vêm do FUNDEB para crianças da educação infantil e para crianças do ensino fundamental, isso para formar o valor que chega. Mas a lei diz que, depois que o valor chega, ele pode ser aplicado da maneira que o Município quiser. Se ele quiser concentrar todo o valor no ensino fundamental e não atender a educação infantil, ele não estará descumprindo nenhuma legislação. Nesse debate que estamos fazendo no País todo com o MEC, entendemos que os Srs. Deputados podem contribuir para uma alteração na legislação. Então, menos de 60% do valor do FUNDEB recebido por conta de alunos das redes municipais é destinado para a educação infantil.

Vejam só, nessas faixas que nós apresentamos na parte de baixo, 21% dos Municípios, que no gráfico é a coluna mais alta, aplicam apenas 2 a 3 mil reais por aluno na educação infantil. Quer dizer, quanto se gasta por um aluno de educação



infantil? Cento e quatro municípios gastam de 2 a 3 mil, que é o maior investimento que está sendo feito por aluno na educação infantil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse gráfico aqui tenta demonstrar isso, os 496 Municípios embaixo e quanto se gasta por aluno. No entanto, o valor do FUNDEB, em 2012, por criança do ensino infantil, era 3.410 reais. Esse é o valor que o Governo Federal, calcula por criança, na educação infantil. Agora, o gasto anual médio por aluno no Rio Grande do Sul foi de 3.264 reais.

Ali onde vemos o gráfico subir a 20 mil reais, é o Município de Vila Lângaro. Por que esse valor está alto? Porque inclui gastos de investimento, de construção. Então, nós estamos contaminados com valores na educação infantil que são também de obras. E não representam adequadamente quanto está sendo investido na criança, embora a obra seja importante. Então, o Governo repassa 3.410, mas o gasto médio na educação da criança infantil é de 3.264.

Se nós olharmos aqui por faixa de atendimento de percentual de matrículas, tem taxa de atendimento de matrículas da educação infantil de 66% a 94%, que são apenas 37 Municípios, no Rio Grande do Sul, aplica 4 mil reais, por aluno, na educação infantil, enquanto 226 Municípios, que são a maioria aqui, que atendem apenas a uma taxa de 25% a 50% das matrículas, gasta 3.298. Isso significa que quanto mais se atende às matrículas de educação infantil, mais se vê que tem que investir na criança que está ali estudando.

Muitas vezes, a gente comenta também com os gestores Municípios que temos uma crítica muito contundente, às vezes, às políticas federais, à própria política do Governo Federal e aos Deputados, etc. No entanto, notem que onde os Municípios têm autonomia de gestão não existem políticas claras a respeito disso. O que quero dizer com isso? Os Municípios têm que gastar 25% em manutenção e desenvolvimento de ensino. No entanto, não conheço nenhum Município, pode ser que seja por falta de conhecimento, se houver alguns devem ser muito poucos, mas desconheço Município que tenha feito reunião para decidir o seguinte: dentro desses 25% de MDE, nossa política de investimento em educação infantil será de tantos por cento. Eu não conheço Município que tenha feito isso.



Então, de forma empírica os gastos da manutenção e desenvolvimento de ensino vão sendo feitos. E aí, ao final do ano, é que se vê quanto foi. Um Município que atende de 66% a 94% das matrículas gasta 8,02% do MDE, dentro dos 25%. Mas os que atendem menos, esses com menos de 25% de atendimento são 2,15% dos 25% de educação.

Então, a recomendação que nós temos feito para os Municípios é que definam, em políticas claras, que discutam em seus Municípios quantos por cento devem ser aplicados em educação infantil. Normalmente o que nós temos notado é que para a Educação Infantil vai o que sobra. Na manutenção da pré-escola se dá uma intensificação. Mas a educação infantil é o que sobrar. Não pode ser assim. Por que só o que sobra é que vai para educação infantil? Por causa de alguns outros resultados.

Rapidamente, Deputado, quero dizer que nas notas do último IDEB, onde temos a divulgação dessas notas, percebeu-se que os alunos do ensino fundamental que têm melhores notas no IDEB são aqueles que tiveram educação infantil. Então, não podemos ter uma política de destinar à educação infantil somente aquilo que sobra, mas tem que ter uma política evidente de quanto vamos aplicar em educação infantil. E isso está na autonomia dos Municípios, porque ele é que está gerindo os 25%.

Por fim, quero deixar para vocês a página do Tribunal de Contas, porque esses estudos estão muito melhores descritos ali. Este é um breve resumo que eu estou fazendo aqui. Então, bem lá em cima está o endereço do nosso portal: www.tce.rs.gov.br. Essa é metade da página inicial.

Aqui está a outra metade para baixo. Então, nesse lado direito vocês estão encontrando aqui vários estudos que estamos apresentando, que podemos dizer de uma auditoria operacional sobre as políticas públicas.

Primeiro, Análise do Transporte Escolar Público, que vocês já devem ter ouvido falar. Vamos divulgar 2013, também, que é outra questão que achamos importante do ponto de vista até psicopedagógico: como a criança é transportada.

Temos ali a análise do transporte público.



Abaixo temos a Radiografia da Educação Infantil no Rio Grande do Sul. Esse é o estudo que estamos fazendo, desde 2008. Ali está escrito 2013, relativo a 2012. E daqui a mais alguns meses vamos publicar também os dados do novo censo.

Então, quero colocar, mais uma vez, o Tribunal de Contas à disposição. Se precisarem de algum contato, a gente está lá para recebê-los a qualquer momento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Muito bem.

Belíssimo trabalho do nosso Tribunal de Contas. Certamente, vamos ouvi-los mais ainda para que possamos trabalhar em nosso projeto de lei, Léo. Acho, não tenho certeza, mas espero contar com vocês nessa caminhada.

O SR. LEO ARNO RICHTER - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Até para a fixação dos percentuais, também. Acho muito importante a forma como tem que ser feito.

O restante das perguntas deverá ser encaminhada por *e-mail*. Depois o Otaviano vai repetir o *e-mail* da Comissão.

Tenho duas perguntas que eu queria fazer para a Mesa.

“Tendo em conta que aumenta o número de crianças que assistem à creche, existe alguma normativa no Rio Grande do Sul — aí é mais para o nosso representante do Tribunal de Contas, para o Léo — que se estabeleça padrões de qualidade de atendimento, no jardim de infância e nas creches?”

E a outra é: *“A valorização das visitadoras financeiramente. A sugestão aqui: incorporar a insalubridade, visto que os agentes de saúde possuem e elas não”*.

Certamente, as visitadoras vai ser um dos pontos focais do nosso trabalho em relação à nova lei, do marco legal. Porque eu acredito que tudo que se faz em educação infantil, e se faz também com creches, tem um complemento importante que é a visita na casa. Uma mãe deprimida — falo aqui para a nossa psicanalista (*riso*) — nós só vamos ver em casa. É difícil você ver no posto de saúde ou quando ela leva a criança para alguma consulta. Os dramas, a violência familiar, tudo isso a gente vai ver com muito mais facilidade visitando a casa. E outra coisa. Sem educar a família é muito difícil. Na creche a gente não educa a família. Então, eu acho que são coisas complementares e muito importantes para serem estimuladas.



Então, aqui eu já respondo a isso dizendo que vai ser muito bem trabalhada essa questão. Se vocês quiserem encaminhar sugestões podem fazê-lo.

Mas deixo a pergunta aqui sobre a questão da qualidade do atendimento do jardim da infância e das creches ao Léo.

Se alguém quiser falar, também, tem a palavra.

O SR. LEO ARNO RICHTER - Bom. Com relação a alguma normativa específica, eu desconheço ainda que haja alguma normativa específica. Eu estive presente nessas reuniões do MEC, em Natal e Curitiba, e esse foi um dos pontos de debate. Isso ainda está muito incipiente, até mesmo no próprio meio profissional da área pedagógica. Foi falado bastante aqui de cultura, e é uma cultura que está mudando. O que os Tribunais de Conta estão fazendo, pelo menos o nosso? Nós estamos fazendo essas auditorias mais do ponto de vista operacional. Sabemos como os Prefeitos — aqui temos uma Prefeita à mesa — estão na ponta da corda mais frágil. E isso tem que ser uma evolução de mudança. Então, deve haver um plano de carreira, como antes nós estávamos falando aqui, um concurso público, a qualificação nesse concurso público. É muito recente a ideia de que na educação infantil o atendimento era ali feito com recreacionistas, era gente para entreter as crianças durante o dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Enquanto a mãe trabalha.

O SR. LEO ARNO RICHTER - Enquanto a mãe trabalha alguém cuida das crianças nesse ponto de vista de brincadeiras e recreação, e não de educação.

Nós temos no Rio Grande do Sul, no Tribunal de Contas, essa ideia de iniciarmos uma ação do ponto de vista pedagógico aos Municípios, e não tão punitiva, porque ainda não existe uma normativa a respeito disso.

Mas nós estamos tentando ser esses indutores de qualidade, porque este é um dos problemas dos Tribunais de Contas: temos ficado muito em cima de números, da questão financeira, e não em cima da qualidade do gasto. Essa é uma nova fase em que estamos avançando, para não somente calcular se estão sendo gastos os 25% na educação ou os 15% na saúde, mas como foram gastos, de que maneira foram produzidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Eu, particularmente, defendo a questão da avaliação também. Nós precisamos ter um sistema de avaliação,



porque tudo que nós fazemos tem um resultado, e esse resultado tem que ser avaliado também. Na saúde, a mesma coisa. Em todos os níveis, nós temos que ter indicadores, que têm que ser acompanhados.

A palavra está à disposição dos integrantes da Mesa.

(Não identificado) - Eu só gostaria de dizer que hoje, por exemplo, os Municípios fazem concurso público para a área do magistério, desde a educação infantil até o ensino fundamental, somente desta forma: só pode participar quem tem curso de pedagogia, curso superior em pedagogia. E, com os planos de carreira, os profissionais também começam a se habilitar, começam a se qualificar.

Na maioria dos Municípios, houve uma época em que nós participamos com recursos do FUNDEB. Conseguimos qualificar nossos professores, em parceria com as universidades. Hoje existem muitos cursos federais *on-line* também, por meio da OAB, dos polos da OAB, que qualificam os professores onde não estão qualificados. Vou dar o exemplo da nossa creche, mas na maioria das creches que eu conheço — e são muitas — nós temos, além do professor qualificado, o monitor, e ele também é qualificado. Além disso, o número de crianças é de acordo com a faixa etária. Existe um número de crianças, até pela qualidade do atendimento. Há o pedagogo, que cuida da parte da pedagogia, e a diretora da creche, que também cuida. Nós temos nutricionistas, que cuidam da merenda escolar de todo o alunado. E as nossas crianças também têm professor de artes, música, educação física. Estamos agora pensando na terapia ocupacional para essas crianças. E todo o trabalho é feito em rede, educação e saúde, onde entra também a psicóloga. Nós temos um trabalho acompanhado também pelo nosso promotor na parte da judicialização da educação, que trabalha várias áreas. Isso está crescendo, eu diria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Gostaria de dizer ao senhor que observe isto, quando junto ao MEC mostrar esse trabalho: o que o MEC está fazendo com referência à construção de creches é nivelar os Municípios pelo número de vagas. Meu Município não pode receber recursos do FNDE para construir uma nova creche — e eu tenho demanda — porque eu não fecho cem crianças para demanda. Isso é um complicador, porque nós estamos querendo melhorar, e não temos o apoio. É preciso que o MEC, como um todo, nas suas instâncias, comece a pensar diferente. Os Municípios pequenos,



quando fecharam, de um ano para outro, dificilmente terão novamente o número de vagas. Acho que essa é uma questão que deve ser pensada pelo Governo Federal, para nos auxiliar.

Mas a nossa educação infantil, como um todo, está crescendo na qualidade dos profissionais, que se transforma em qualidade de atendimento, pelo que nós conhecemos na nossa região central do Rio Grande do Sul. E assim deverá ser em todo o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Mais alguém deseja manifestar-se?

A SRA. CAROLINA DRÜGG - Eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Com a palavra a Sra. Carolina.

A SRA. CAROLINA DRÜGG - Deputado, aproveitando a questão dos visitantes domiciliares, eu acho que, além de tudo o que o senhor colocou acerca do impacto na qualidade e na valorização dos profissionais, a gente vem enfrentado um problema na expansão do programa. Os Municípios que já têm o programa sofrem esse drama de não conseguir ampliar o seu número de visitantes. E muitos Municípios não estão implantando o PIM porque não acham uma alternativa para contratar esses visitantes de forma mais adequada.

Além disso, a gente vê uma expansão do PIM para além da fronteira do Rio Grande do Sul. Estamos em Fortaleza, São Paulo, Amazonas, Espírito Santo, Paraná. Estamos acompanhando algumas opções de visitantes domiciliares que também não buscaram alternativas que dessem conta de melhorar o atendimento.

Portanto, acho que precisa haver um cuidado muito especial nesse sentido, para não multiplicarmos para o resto deste País uma atenção mediana, para uma faixa etária que não merece uma atenção mediana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osmar Terra) - Com certeza. Acho que a formação do visitador tem que ser específica, diferenciada, com profissionais que já tenham um nível de educação mais elevado, até porque, para perceber as diferenças sutis da relação mãe/bebê e a forma de estimular a família, não pode ser um profissional que tenha pouca...